Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932

Belo Horizonte, MG
Sábado, 6, a segunda-feira, 8 de julho de 2024

EDIÇÃO 25.116

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

O projeto de concessão ferroviária no Sul de Minas tem o objetivo de escoar a produção de café, com uma conexão entre Varginha e Lavras FOTO: DIVULGAÇÃO / IVAN BUENO

Concessão de ferrovias no Sul de Minas avança

ECONOMIA Chamamento público pode ser publicado até o início de 2025, prevê o Ministério dos Transportes

O chamamento público para concessão de ferrovias no Sul do Estado para escoamento da produção de café pode ser publicado entre o fim do ano e o início de 2025, estima o Ministério dos Transportes. O projeto deve conectar trechos entre o Porto Seco Sul de Minas, em Varginha, e a estação Engenheiro Bhering, em Lavras, e aproveitar a malha da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), operada pela VLI. A norma da ANTT que regula o chamamento público para autorizações deverá ser publicada em novembro, revelou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, o que proporcionaria condições para a pasta realizar a chamada ainda em 2024. PÁG. 3

Rumo da reforma tributária é questionado

Entidades empresariais contestam mudanças feitas pelo grupo de trabalho no relatório final de regulamentação PÁG. 7

Cooperativismo responde por 12,8% do PIB de MG PÁG. 9

Cidade inteligente precisa de regularização fundiária PÁG. 11

Privilégios são barreiras para o avanço do Brasil PÁG. 12

O CEO da Bravo, Eduardo Javier Muñoz, disse que as condições oferecidas pela Bahia foram melhores FOTO: ACERVO PESSOAL

Estado perde parque industrial da Bravo Motor para a Bahia

O complexo industrial da Bravo Motor Company, fabricante de células de baterias de lítio, entre outros produtos, não será implantado em Minas. Em 2021, foi anunciado que o parque fabril seria instalado em Nova Lima. O projeto vai ser desenvolvido em São Sebastião do Passé, na Bahia. O CEO da Bravo, Eduardo Javier Muñoz, afirmou que o governo baiano ofereceu melhores condições. PÁG. 5

O projeto do aeródromo em Sete Lagoas prevê pista de 1.400 metros e construção de 20 hangares FOTO: DIVULGAÇÃO / GRUPO VEREDAS

Sete Lagoas deve ganhar aeroporto em menos de 12 meses

Um aeródromo deve ser construído em Sete Lagoas em um prazo inferior a 12 meses, prevê o presidente do Grupo Veredas, Rodrigo Ribeiro Barbosa, responsável pelas obras. A pista terá 1.400 metros. Serão instalados20 hangares, com capacidade para 200 aviões. A implantação da pista deve custar R$ 16 milhões e cada hangar, em torno de R$ 4 milhões. PÁG. 4

As exportações de minérios extraídos no Estado registraram uma ligeira queda de 1% em junho FOTO: DIVULGAÇÃO / ENY MIRANDA

Balança comercial mineira atinge saldo recorde no primeiro semestre

O saldo da balança comercial mineira bateu recorde, chegando a US$ 13,2 bilhões no primeiro semestre. As exportações cresceram 4,3% e as importações caíram 2,8%. Os embarques de café, sementes e frutos oleaginosos e açúcares subiram 24,5%, 14,2% e 10,9%, respectivamente, em junho. Houve queda nas exportações de minérios (-1%) e de ferro fundido, ferro e aço (-43,5%). PÁG. 6

Os recursos destinados pelo Plano Safra para a agricultura familiar foram de R$ 76 bilhões FOTO: OMAR FREIRE / IMPRENSA MG

Novo Plano Safra fica aquém das expectativas do agronegócio

Os recursos do Plano Safra 2024/25 ficaram abaixo do esperado pelo agronegócio, de R$ 570 milhões, com aumento de 31%. O setor reclama também da manutenção da taxa de juros e do seguro rural insuficiente. O diretor da CNA, Bruno Lucchi, explica que, com a verba da agricultura familiar (R$ 76 bilhões) e empresarial (R$ 400,9 bilhões), serão apenas 9% a mais para investir na produção. PÁG. 8

EDITORIAL

A flutuação do câmbio nas últimas semanas, a desvalorização do real frente ao dólar, constituem fenômeno um tanto intrigante, principalmente diante da falta de fatores internos ou externos capazes de explicá-lo. Caberia indagar como e porque que não tenha havido qualquer movimento do Banco Central no sentido de intervir no mercado de câmbio, vendendo dólares para deter a curva ascendente. Com as confortáveis reservas em moedas fortes de que o País dispõe, este seria um movimento previsível, elementar até, conforme aponta qualquer manual de economia confiável. PÁG. 2

ARTIGOS

DÓLAR DIA 5

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,4610	R$ 5,4620
TURISMO	R$ 5,4970	R$ 5,6770
PTAX (BC)	R$ 5,4964	R$ 5,4970

EURO DIA 5

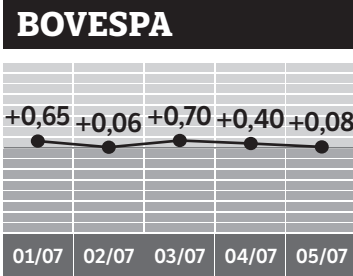
	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,9504	R$ 5,9533

OURO DIA 5

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.391,59
BM&F (g)	R$ 421,82

TR dia 8	0,0391%
POUPANÇA dia 8	0,5393%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

01/07	02/07	03/07	04/07	05/07
+0,65	+0,06	+0,70	+0,40	+0,08

OPINIÃO

Os impactos da MP 1.227 sobre o agronegócio

André Gimenez
Advogado, chefe de operações do Simões Pires Advogados

Foi publicada a Medida Provisória 1.227 pelo governo federal que, entre outras coisas, restringiu de forma draconiana a utilização de alguns créditos para fins de compensação com outros tributos. A principal restrição, absolutamente prejudicial, se refere aos créditos de PIS/Cofins, que agora só poderão ser compensados com débitos do próprio PIS/Cofins, e não mais com outros tributos federais, como anteriormente permitido.

Esta mudança representa um golpe financeiro devastador para os contribuintes que realizam seus planejamentos tributários baseados nas legislações e sistemas tributários vigentes. A alteração repentina, por meio de uma MP que produz efeitos imediatos, compromete seriamente o planejamento financeiro das empresas e mina a confiança dos contribuintes no governo, gerando um clima de incerteza e insegurança jurídica.

O setor mais atingido por essa MP é o agronegócio. A MP 1227 também aborda a questão da compensação dos créditos provenientes da desoneração da folha de pagamento, na qual as empresas do setor contavam para 2024. Mas agora, o governo federal eliminou algumas possibilidades de compensação dos créditos de PIS/Cofins, afetando drasticamente o agronegócio. Assim, os 17 setores da economia que conseguiram a manutenção da desoneração da folha agora veem o governo tentando recuperar esse dinheiro de outra forma, mirando principalmente no agronegócio, o que pode causar danos irreversíveis ao segmento.

A MP impede as agroindústrias de solicitar ressarcimento e compensação de créditos presumidos obtidos com a suspensão de PIS/Cofins, o que gera um impacto devastador no setor, já que o governo usa esses recursos para subsidiar a máquina pública; essa mudança pode causar um aumento de preços para os consumidores e prejudicar toda a cadeia produtiva, levando à inflação.

> *"Para as empresas gravemente afetadas por essa MP, a única saída é realizar novos estudos de seus processos produtivos para identificar oportunidades tributárias que possam mitigar os impactos diretos no fluxo de caixa"*

Para as empresas gravemente afetadas por essa MP, a única saída é realizar novos estudos de seus processos produtivos para identificar oportunidades tributárias que possam mitigar os impactos diretos no fluxo de caixa. Nesse contexto, é essencial contar com o apoio de profissionais especializados que possuam a expertise necessária para analisar o contexto empresarial e traçar novos planejamentos e estratégias visando à otimização das compensações tributárias.

Vale destacar que, embora a MP afete apenas os tributos federais no âmbito administrativo, ainda existem oportunidades de otimização com tributos estaduais e municipais. No âmbito judicial, é fundamental explorar cautelosamente as alternativas disponíveis para resguardar os direitos das empresas, que estão assimilando essas mudanças devastadoras e enfrentando inúmeras dúvidas diariamente.

Jogo "proibido"

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

Jogo proibido não passa de uma piada de salão." (Antônio L. da Costa, educador).

As atenções de diferentes segmentos da sociedade estão focadas no Projeto de Lei 2234, que libera jogos de azar, proibidos desde 46. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, informa que o assunto só será votado depois do recesso parlamentar.

Afinal de contas, o que temos por aqui, Brasil adentro, em matéria de jogos de apostas?

Tem Mega Sena, Quina, Loto Fácil e outras modalidades lotéricas? Sim, tem tudo isso! Têm apostas esportivas, casas de pôquer, carteado com "cacifes" elevados em clubes de lazer reservados a gente abonada? Também isso tem, em demasia! Tem jogo do bicho, bingo, caça-níqueis, cassinos clandestinos, tudo combatido com rigor de mentirinha? Tem, sim senhor! E cassino regulamentado com complexo hoteleiro, gastronomia requintada, espetáculos artísticos de categoria, garantindo tributos para o Estado, muitos empregos e movimentação financeira pujante nas regiões em que operam, tem isso também? Não, tem nada disso, não! Mas por que não tem, ora essa? A resposta a essa intrigante pergunta tem como pano de fundo, farisaísmo, hipocrisia, polpudos ganhos abocanhados à margem da lei. Simples assim: o jogo é "proibido" no Brasil.

> *"A regulamentação preconizada, envolvendo a criação de uma agência de fiscalização específica, absorve o que de melhor e mais eficaz existe na experiência internacional relacionada com o mundo das apostas"*

Pautado para discussão o PL permite a "reabertura" dos jogos de apostas. A Comissão de Justiça da Câmara já analisou a matéria, passando-a adiante. O projeto autoriza jogos em cassinos, bingos, jogos *on-line*, jogo do bicho, corridas de cavalos e quejandos há mais de meio século "ilegais". Se favorável, a manifestação da Câmara e do Senado subirá para sanção presidencial. O presidente Lula já externou a disposição de sancionar o texto. A regulamentação preconizada, envolvendo a criação de uma agência de fiscalização específica, absorve o que de melhor e mais eficaz existe na experiência internacional relacionada com o mundo das apostas. Seja frisado, a propósito, que o Brasil é, inexplicavelmente, o único país da lista dos emergentes e dos desenvolvidos a estabelecer "óbices" à pratica de jogos, deixando com essa "proibição de araque" de arrecadar recursos substanciosos que poderiam perfeitamente ser carreados para o desenvolvimento econômico e social.

É chocante e bastante conhecido o fato de que uma única cidade, Las Vegas, nos Estados Unidos, onde se acha implantada colossal rede de cassinos e hotéis, recebe anualmente mais turistas do que este nosso país de dimensões continentais, com suas pujantes riquezas culturais e paisagens deslumbrantes. As estatísticas sobre o destino das levas de turistas brasileiros que se deslocam constantemente para o exterior revelam, por outro lado, ser considerável o número dos que demandam centros de entretenimento ligados às atividades dos jogos de apostas.

É grande a expectativa de que se possa voltar em breve a ouvir em nossas estâncias balneárias: "Façam suas apostas, senhores!"

EDITORIAL

Quem perde, quem ganha

A flutuação do câmbio nas últimas semanas, a desvalorização do real frente ao dólar, constituem fenômeno um tanto intrigante, principalmente diante da falta de fatores internos ou externos capazes de explicá-lo. No front externo, em que os mais destacados, de momento, fatores de instabilidade, conflitos entre russos e ucranianos e entre israelenses e palestinos, não apresentaram no período fatores de risco inusuais, da mesma forma que na economia global não são notadas perturbações que possam explicar os acontecimentos.

E da mesma forma acontece com relação ao Brasil, onde a alta do dólar foi atribuída, principalmente, às criticas do presidente da República à condução do Banco Central, sobretudo no que toca à política monetária.

Considerações nessa direção não poderiam deixar de colocar na mesma balança os 8 anos em que o então vice-presidente José Alencar bateu na mesma tecla, chegando a apontar os juros praticados no País como "indecentes". Críticas persistentes que não foram suficientes para produzir qualquer efeito, da mesma forma como não tiveram consequências, antes ou agora, as investidas de lideranças empresariais, como os comandos das confederações da indústria e do comércio, contra a política de juros que sufoca a produção e privilegia a especulação.

Igualmente cabe assinalar que variações cambiais indesejadas, capazes de perturbar a produção e o comércio com reflexos negativos na inflação, também não guardam relação aceitável com o comportamento dos fundamentos da economia. Os principais indicadores, cabe assinalar, apresentam curvas positivas, seja com relação à própria inflação, desemprego, renda, consumo e produção. Muito provavelmente o suficiente, fossem efetivamente normais as condições, para induzir movimento contrário no câmbio, de valorização do real.

Tudo isso coloca a hipótese de especulação, abrigada pelos mais variados interesses, como ponto a ser considerado e, se possível, esmiuçado. Igualmente caberia indagar como e porque, ao contrário do que era sistemático em momentos passados, que não tenha havido qualquer movimento do Banco Central no sentido de intervir no mercado de câmbio, vendendo dólares para deter a curva ascendente. Com as confortáveis reservas em moedas fortes de que o País dispõe, este seria um movimento previsível, elementar até, conforme aponta qualquer manual de economia confiável e acreditado.

A indagação fica no ar, podendo sugerir, no mínimo, algum tipo de pirraça, quando não um movimento político deliberado, tudo isso à custa do que realmente interessa ao País.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À

SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Avança projeto para ferrovia no Sul de MG

ESTRADA DE FERRO Governo federal deve realizar chamamento público para concessão no início de 2025

MARCO AURÉLIO NEVES

O Ministério dos Transportes estima que, entre final deste ano e início de 2025, será publicado chamamento público para concessão de ferrovias no Sul de Minas para escoamento da produção de café. O projeto deve conectar trechos entre Varginha e a estação Engenheiro Bhering, em Lavras, e aproveitar a malha da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), operada pela VLI.

Os estudos de viabilidade contratados pela pasta, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estão em fase final. "A gente está acabando os estudos, esperando a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) publicar a norma de chamamento público, está faltando só isso", afirmou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, durante cerimônia para entrega de locomotivas da Wabtec adquiridas pela VLI, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

A norma da ANTT que regula o chamamento público para autorizações deverá ser publicada em novembro, revelou o secretário, o que daria condições do Ministério dos Transportes realizar a chamada ainda neste ano. O processo retrocedeu alguns passos após a derrubada dos vetos do Marco das Ferrovias. O procedimento estava regulamentado com os vetos.

Com a derrubada, algumas obrigações adicionais foram inseridas e a agência está em processo de adequação do seu portfólio regulatório. "Tem um ciclo regulatório que está se encerrando agora. Provavelmente, no próximo mês, publica. E aí, a gente vai fechar esses estudos para publicar o chamamento público", declarou Santoro.

Porto-seco - O projeto é uma revitalização do trecho ferroviário da região do Porto Seco Sul de Minas, em Varginha, por meio de uma ferrovia *shortline* - são linhas de menor distância que conectam pontos próximos mais importantes dentro da linha férrea.

O objetivo é escoar a produção de café via Porto Seco Sul para Barra Mansa (RJ) e, de lá, por meio de outra *shortline*, chegar até Angra dos Reis (RJ). Os estudos são realizados para abertura de licitação ou prorrogação antecipada da concessão da FCA.

Os planos foram anunciados ao Diário do Comércio no final de janeiro, pelo diretor do Departamento de Outorgas Ferroviárias da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (SNTF) do Ministério dos Transportes, Hélio Roberto.

> **"Tem um ciclo regulatório que está se encerrando agora. Provavelmente, no próximo mês, publica. E aí, a gente vai fechar esses estudos para publicar o chamamento público"**
> George Santoro

Ferrovia no Sul de Minas será utilizada, principalmente, para escoar a produção de café FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Trechos da FCA podem ser utilizados para o transporte de passageiros

O Ministério dos Transportes discute com a VLI a utilização de trechos da malha da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), em Minas Gerais, para o transporte de passageiros. A possibilidade surge no âmbito da intenção do governo federal em realizar a concessão de ferrovias ao redor do país destinadas a esse tipo de transporte.

A pasta contratou estudos, por meio da Infra-SA, para avaliar a viabilidade econômica e técnica de seis rotas pelo Brasil para o transporte de passageiros sobre trilhos. "Temos até o final do ano para concluir esses estudos, provavelmente no início do próximo ano, para, em parceria com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), iniciar um processo licitatório", disse o secretário-executivo da pasta, George Santoro, durante cerimônia de entrega de locomotivas da Wabtec adquiridas pela VLI, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Minas Gerais inicialmente não está incluída nas seis rotas. No estado, o ministério avalia, junto à VLI, utilizar trechos da malha da FCA para o transporte de passageiros. As conversas ocorrem durante o processo de renovação da concessão da ferrovia. Como são trechos que já existem, mas estão sem uso, não há necessidade de contratação de estudo específico para viabilizar a construção.

"Algumas malhas (da FCA em Minas) que não estão em uso, tentaremos potencializar o uso delas através de uma *shortline* (linhas de menor distância que conectam pontos próximos mais importantes dentro da linha férrea) ou através de passageiros. Estamos conversando com a empresa, e a audiência pública (para renovar a concessão da FCA) também trará essas demandas da sociedade", declarou Santoro.

Santoro ressaltou que o programa de concessões de ferrovias para transporte de passageiros contará com recursos do governo federal para complementar os investimentos do setor privado. "Passageiros ferroviários no mundo inteiro não fecham a conta sem recursos públicos. É uma discussão que estamos tendo com o Ministério da Fazenda sobre como faremos isso", afirmou.

Durante a cerimônia de entrega das locomotivas adquiridas pela VLI em Contagem, a prefeita da cidade, Marília Campos (PT), cobrou a compatibilização do transporte de carga com o de passageiros nas discussões da renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica.

"Nós temos uma outra demanda, que é produzir locomotivas para melhorar a mobilidade urbana no nosso estado. Porque um estado tão grande como este não utilizar os trilhos para transportar passageiros seria um grande erro", declarou Campos. Ela considera que o processo de renovação da concessão da FCA é o momento ideal para essa exigência.

A petista sugeriu ainda a utilização do FerroAnel da RMBH também para o transporte de passageiros e citou como exemplo a ser seguido o estado de São Paulo, que vai expandir a malha ferroviária destinada a este tipo de transporte com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), Pedro Bruno Barros, fez coro à prefeita de Contagem e afirmou que a compatibilização da malha da FCA para transporte de cargas e passageiros, também é uma reivindicação do governo estadual.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Fernando Passalio, apontou que o turismo de Minas será o "grande foco" caso a compatibilização entre transporte de cargas e passageiros da FCA aconteça. E aguarda recursos da União para isso. "A gente espera para ver, numa situação desse déficit fiscal primário que o governo federal tem, como que ele vai conseguir modelar de forma que esse projeto pare de pé", disse. **(MAN)**

Antecipação de concessão deve ocorrer em agosto, segundo a VLI

O processo de renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) pode ser iniciado a partir de agosto, afirmou George Santoro, secretário-executivo do Ministério dos Transportes. A concessionária da FCA, a companhia de logística VLI, espera chegar a um acordo com a União até o início de 2025, revela o , CEO da empresa, Fábio Marchiori.

As declarações foram dadas na fábrica da Wabtec Brasil, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), durante a cerimônia de entrega das primeiras 12 locomotivas ES-43BBI, que incrementarão a frota atual da FCA administrada pela VLI, em um contrato de R$ 300 milhões que a companhia logística firmou com a fabricante há cerca de um ano.

O secretário-executivo esclareceu que o Ministério dos Transportes firmou compromisso com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a VLI para que o procedimento administrativo para a abertura da audiência pública de renovação antecipada da concessão seja finalizado ainda neste mês.

"Iniciamos as tratativas com a empresa e esta semana fizemos uma reunião de aproximação final. Combinamos que, até o final deste mês, dia 30 de julho, devemos deixar tudo preparado para avançar na ANTT e publicar a audiência pública, provavelmente no início de agosto", disse Santoro.

O CEO da VLI disse que o processo de negociação é longo, mas que espera a renovação antecipada até o início do próximo ano. "Estamos mirando essa renovação antecipada de comum acordo entre nós e o Ministério dos Transportes para o início de 2025", declarou Marchiori. "Renovada a concessão, existem investimentos mínimos a serem feitos de R$ 25 bilhões nos próximos 30 anos. Isso envolve material rodante, como locomotivas e vagões, via permanente, trilhos, dormentes, e a melhoria da tecnologia de comunicação", completou. **(MAN)**

VLI recebeu as primeiras locomotivas de contrato com a Wabtec FOTO: BRUNO FIGUEIREDO / VLI

Sete Lagoas terá aeroporto executivo em menos de 1 ano

AVIAÇÃO Previsão é do presidente do Grupo Veredas, Rodrigo Ribeiro Barbosa, responsável pelas obras; aeródromo será às margens da BR- 040 e terá capacidade para 200 aeronaves

JULIANA GONTIJO

Sete Lagoas, na região Central do Estado, deve contar em um prazo inferior a 12 meses com um aeródromo, segundo previsão do presidente do Grupo Veredas, Rodrigo Ribeiro Barbosa, responsável pelas obras. Ele explica que o prazo é para a pista asfaltada do local. "É possível que a pista possa operar ainda neste ano, talvez sem asfalto", diz.

O aeródromo terá uma pista de 1.400 metros e vai contar com 20 hangares, com capacidade para 200 aeronaves. A estimativa é de que já na fase inicial do projeto sejam recebidos 70 aviões. O empreendimento, batizado de Campo de Bagatelle, já foi autorizado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea).

De acordo com o executivo, a construção da pista deve consumir por volta de R$ 16 milhões e um hangar em torno de R$ 4 milhões. Ele estima que, pelo menos, um hangar deve ser finalizado até o fim de 2025. "Os hangares demandam de seis a oito meses de construção", conta. Barbosa diz que o empreendimento tem como foco a excelência, com o objetivo de ser uma das melhores pistas privadas do País. "Do Estado de Minas Gerais será, com certeza", destaca.

Outro foco do aeródromo Campo de Bagatelle, segundo o diretor de desenvolvimento e sócio da Aurea Finvest (idealizadora do projeto), André Pompeu, é absorver a demanda provocada pelo fechamento do aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte. "Muitas das aeronaves que estavam na capital mineira tiveram que ser deslocadas para locais distantes. A cidade de Sete Lagoas vai se tornar a melhor opção de aviação executiva para quem está na região metropolitana de Belo Horizonte", destaca.

Ele acrescenta que a ideia é oferecer alternativa mais próxima e que gere redução de custo para os proprietários de aeronaves. Além das obras da pista, dos equipamentos e da construção de um FBO (Fixed-Based Operator ou operador de base fixa, que contempla um terminal aéreo privado para o embarque e desembarque de passageiros, além de serviços aeronáuticos, como hangares de aeronaves, manuseio e área de operações de voo), o executivo destaca que o espaço vai permitir a instalação de um leque de oportunidades relacionadas à aviação, como oficinas especializadas, escolas técnicas, postos de abastecimento e centros comerciais.

A área onde serão construídos o aeródromo e loteamento residencial tem cerca de 7,8 milhões de metros quadrados, segundo a Aurea Finvest, que já desenvolve outros projetos no mesmo local FOTO: DIVULGAÇÃO / AUREA FINVEST

Aeródromo e mais loteamento – Além das obras do próprio aeródromo, o projeto idealizado pela Aurea Finvest contempla um loteamento de casas tipo *fly-in* (conceito de casa com hangar em condomínios aeronáuticos), com vias para os aviões possam se deslocar até as garagens das casas. Dessa forma, o investimento previsto passa para cerca de R$100 milhões.

O modelo do empreendimento residencial escolhido para o local permite que os proprietários possam guardar seus aviões na garagem de casa. Os lotes do condomínio de casas serão de 2 mil metros quadrados. Essa etapa do projeto será lançada em 2025.

Os projetos do aeródromo e do loteamento serão realizados pelo Grupo Veredas. A construção do aeródromo Campo de Bagatelle e do loteamento residencial estão inseridos numa área de 7,8 milhões de metros quadrados, em Sete Lagoas. No local, a Aurea Finvest também desenvolve um condomínio logístico e industrial, o ECO 238, que vai se beneficiar do uso do novo aeródromo.

Rodrigo Barbosa, do Grupo Veredas: possibilidade da pista operar este ano, talvez sem asfalto FOTO: DIVULGAÇÃO / GRUPO VEREDAS

"Temos nove indústrias se instalando no projeto", destaca o diretor de desenvolvimento e sócio da Aurea Finvest. Ele acrescenta que, atualmente, o empreendimento está com 70% da capacidade ocupada na sua primeira fase.

> **"No local, Aurea Finvest também desenvolve um condomínio logístico e industrial, o ECO 238, que vai se beneficiar do novo aeródromo"**

CONCESSÃO BH-JUIZ DE FORA

Contrato da BR-040 é assinado e publicado

O contrato de concessão da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, na Zona da Mata, foi assinado pelo Grupo EPR, agora, EPR Via Mineira. Com isso, a nova concessionária do trecho de 232,1 quilômetros da rodovia tem até 30 dias para iniciar as operações. A empresa deve investir R$ 8 bilhões na infraestrutura rodoviária, que abrange 15 municípios, pelos próximos 30 anos.

A assinatura foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) na sexta-feira (5). No dia anterior, a liminar que suspendia a assinatura do novo contrato foi derrubada pela Justiça Federal, atendendo a um recurso da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Já a suspensão que foi derrubada atendia a um pedido da concessionária Via-040, que administra toda a via entre o Distrito Federal e Minas Gerais. Ela alegava que o novo contrato teria falhas no cálculo da indenização devida pela extinção do contrato anterior. No entanto, a Advocacia-Geral da União (AGU) sustentou que a controvérsia deveria ser dirimida por meio de procedimento de arbitragem, conforme prevê o próprio contrato com a Via 040.

Trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora de 232,1 quilômetros ficará a cargo da agora concessionária EPR Via Mineira e tem 30 dias para iniciar operações FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MARA BIANCHETTI

A nova concessão abrange somente o trecho entre Juiz de Fora e Belo Horizonte que, até então, também era administrado pela Via 040. Com a concessão oficializada à EPR Via Mineira, a empresa tem o período de 30 dias para iniciar as operações e até um ano para a conclusão das intervenções emergenciais e os serviços imediatos que são: oferecer atendimentos médicos e mecânicos; monitorar a via por meio de centro de controle; remover imperfeições, como buracos e trilhas de roda e recompor a sinalização defeituosa.

Pedágio - A cobrança nas praças de pedágio ocorrerá somente após a revitalização completa das estruturas e instalação de sistema de comunicação, sujeita à vistoria técnica da ANTT. Após a conclusão das obras, a EPR solicitará à Agência a realização da vistoria. Portanto, ainda não é possível prever o início do pagamento das tarifas, que dependerá da etapa de recuperação das estruturas.

As tarifas seguirão a tabela do edital, incluindo o desconto oferecido no leilão e ajustes referentes à inflação. O Consórcio Infraestrutura MG apresentou um desconto de 11,22% sobre a tarifa básica de pedágio. Os cálculos serão divulgados após a vistoria e antes do início da cobrança.

Minas perde complexo da Bravo Motor para a Bahia

VEÍCULOS ELÉTRICOS Possibilidade de mudança do projeto, que seria instalado em Nova Lima, foi antecipada pelo Diário do Comércio

THYAGO HENRIQUE

O complexo industrial da Bravo Motor Company, fabricante de células de baterias de lítio, *packs* para veículos leves, sistemas de armazenamento de energia e automóveis elétricos para mobilidade pública, como ônibus, táxis e vans, não será mais instalado em Minas Gerais. O projeto será desenvolvido no município de São Sebastião do Passé, no estado da Bahia.

Na sexta-feira (5), a companhia assinou um protocolo de intenções com o governo baiano e a prefeitura local. O documento, que visa facilitar, apoiar e promover a construção da "gigafábrica" na cidade, inclui a doação de um terreno de 400 mil metros quadrados, localizado às margens da BR-324, a 50 quilômetros de Salvador, e com conexões para outras rodovias federais e portos.

Esse acordo põe fim à possibilidade de instalação do "Colossus Cluster" no território mineiro. Em 2021, o parque fabril foi anunciado para Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). À época, o início das operações do empreendimento, cujo aporte seria de R$ 25 bilhões em cerca de nove anos, com mais de 13 mil empregos gerados, era previsto para o ano de 2023.

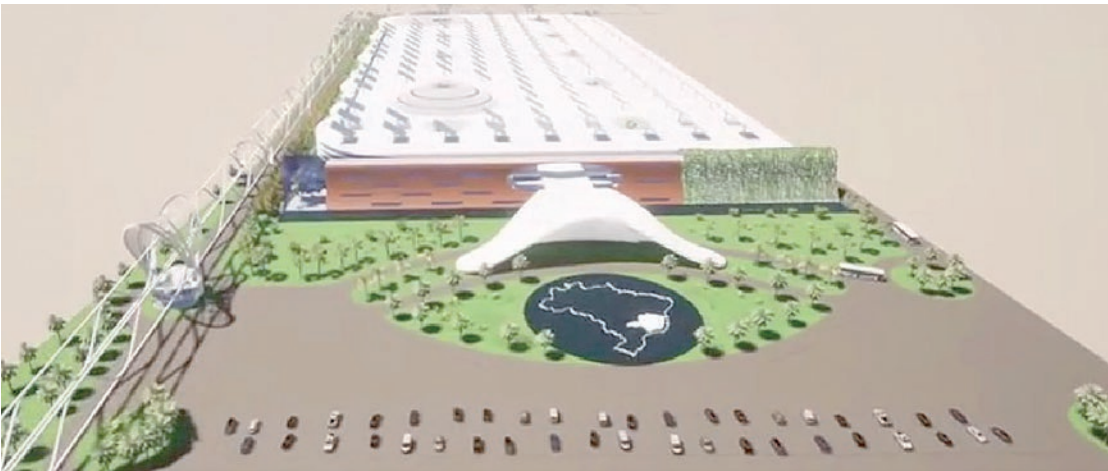
A unidade, porém, nunca saiu do papel e, em certo momento, a empresa chegou a demonstrar descontentamento com o governo de Minas Gerais por falta de incentivos financeiros e institucionais. O Executivo estadual, por sua vez, alegava que tudo o que estava ao seu alcance para tornar o auspicioso projeto realidade vinha sendo feito. Recentemente, o CEO da Bravo, Eduardo Javier Muñoz, também já havia sinalizado a ida da fábrica para outra unidade federativa.

> **"O documento, que visa facilitar, apoiar e promover a construção da "gigafábrica" na cidade, inclui a doação de um terreno de 400 mil metros quadrados, localizado às margens da BR-324, a 50 quilômetros de Salvador, e com conexões para outras rodovias federais e portos"**

Em entrevista ao Diário do Comércio, o executivo afirma que há uma diferença de atitude e posicionamento entre os estados mineiro e baiano em relação às políticas econômicas e financeiras. "Nossa proposta de negócio encontrou maior apoio e convergência na Bahia, onde as diretrizes em relação à eletromobilidade e ao hidrogênio são claras, segmentadas e específicas. Essa clareza é fundamental para o desenvolvimento e o avanço da indústria nesse setor", disse.

Ainda segundo ele, existem elementos adicionais que favorecem a implantação do complexo em São Sebastião do Passé, como a construção da fábrica de veículos elétricos e híbridos da BYD na Região Metropolitana de Salvador. Além disso, conforme o CEO, a situação fiscal favorável da Bahia faz com que o estado esteja bem posicionado, enquanto Minas Gerais enfrenta desafios.

Adicionalmente, ele destaca o apoio do governo baiano e do município onde o empreendimento será construído, incluindo o auxílio para que financiamentos fossem acessados, e a celeridade nos processos para que o projeto seja desenvolvido "Estamos recebendo 40 hectares de terra agora, com mais 60 hectares na sequência, e tudo mais que precisamos para uma expansão", afirmou.

Protocolo de intenções entre a Bravo e o governo baiano foi assinado na sexta-feira (5) FOTO: DIVULGAÇÃO / BRAVO MOTOR COMPANY

Projeto incial do Colosus Cluster em Minas era previsto para entrar em operação no ano passado FOTO: REPRODUÇÃO - BRAVO MOTOR COMPANY

Futuras oportunidades - De acordo com Munõz, o período em Minas Gerais foi crucial para o aprimoramento do entendimento da companhia sobre o mercado brasileiro e latino-americano. O gestor destaca que, no Estado, a Bravo iniciou uma pesquisa inovadora para melhorar sua tecnologia de baterias de próxima geração e encontrou oportunidades de negócios que antes não tinham sido consideradas.

O executivo acredita que Minas Gerais possa ser um complemento estratégico para o crescimento da fabricante. Ele espera poder estabelecer no futuro novas oportunidades da empresa no Estado.

Empresa vai investir R$ 600 milhões no Nordeste

A instalação da fábrica de células de baterias de lítio e sistemas de armazenamento de energia da Bravo na Bahia será faseada, conforme Muñoz. A primeira etapa terá um investimento de R$ 600 milhões, com financiamento de bancos de desenvolvimento e complemento de investidores privados. Neste primeiro momento, serão criados aproximadamente 450 empregos na região.

"Esperamos poder iniciar as obras até o final do ano ou início do próximo. A obra será executada em várias etapas e deve alcançar cerca de 30 mil metros quadrados na primeira fase. A gente espera começar a produzir baterias em 18 meses", revelou o CEO para a reportagem.

"Temos investidores locais interessados e temos uma construtora se posicionando para construir a planta na modalidade *built to suilt* (BTS), o que alivia bastante a pressão na captação de recursos ao projeto e deixa os bancos mais confortáveis para financiar, assim como os investidores", disse.

Quando entrar em operação, a capacidade produtiva da planta será de 1 gigawatt-hora (GWh) por ano, número que, segundo o executivo, será duplicado no exercício seguinte para alcançar 5 GWh em três ou quatro anos, acompanhando o ritmo de adoção da tecnologia no Brasil. Ele diz que se for mantido o atual crescimento das vendas de veículos elétricos, a curva tende a ser acelerada. Conforme o executivo, a expectativa é fazer mais três aportes de R$ 600 milhões nesse período.

Assim que a fábrica de baterias estiver funcional, daqui a dois anos, será construído pela Bravo a unidade de fabricação de veículos elétricos para mobilidade. Esse segmento é uma das apostas da companhia que acredita em um aumento exponencial da demanda. Prometendo ser um ímã para outras fabricantes, o parque industrial também deverá receber instalações de mais duas indústrias de materiais críticos – as empresas já se comprometeram a desenvolver os empreendimentos. **(TH)**

Balança comercial de MG tem saldo recorde no 1º semestre

RELAÇÕES INTERNACIONAIS Superávit no acumulado entre janeiro e junho atingiu US$ 13,2 bilhões, segundo dados do Mdic

JULIANA GONTIJO

Minas Gerais registrou um novo recorde no saldo comercial no período de 2020 a 2024. Foram US$ 13,2 bilhões no primeiro semestre deste ano, conforme dados divulgados na sexta-feira (5) pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic).

No acumulado dos seis primeiros meses de 2024, as exportações do Estado apresentaram alta de 4,3%, enquanto as importações retraíram 2,8%, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Minas Gerais respondeu por 12,93% das exportações brasileiras nesse período. O mestre em administração e gestor da unidade Floresta da Estácio, Alisson Batista, observa que os minérios, em especial o minério de ferro, foram os destaques das vendas do Estado para o mercado externo, com participação de 34,5% no primeiro semestre, com alta de 13,2% nas exportações frente aos seis primeiros meses de 2023.

Nas importações, a retração de 2,8% foi resultado de recuos na comercialização de veículos automóveis (-10%), combustíveis minerais (-14,5%), produtos químicos orgânicos (-37,5%) e adubos (-25,6%).

Nesse período, foi apurado aumento nas importações de máquinas e equipamentos mecânicos, com alta de 13,2%, e as importações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos permaneceram estáveis.

"(...) os minérios, em especial o minério de ferro, foram os destaques das vendas do Estado para o mercado externo, com participação de 34,5%"

No acumulado do primeiro semestre, no País, os dados da pasta mostraram que o saldo comercial foi de US$ 42,310 bilhões, 5,2% menor que o observado no mesmo período de 2023. O desempenho foi resultado de exportações de US$ 167,609 bilhões e importações de US$ 125,299 bilhões.

Mensal - Em junho, o superávit da balança comercial de Minas Gerais foi de US$ 2,1 bilhões, com as exportações alcançando US$ 3,4 bilhões e as importações US$ 1,3 bilhão, conforme o levantamento do Mdic.

No sexto mês de 2024, frente ao mesmo período do ano anterior, as exportações mineiras caíram 4,6% e as importações, 8,1%. O Estado foi o segundo maior exportador do País, com participação de 11,6%, atrás de São Paulo, com 17,6%.

No Brasil, o superávit foi de US$ 6,7 bilhões em junho de 2024, com queda de 1,9% nas exportações e alta de 4,4% nas importações frente ao mesmo mês de 2023.

No acumulado do primeiro semestre, no País, os dados do Mdic mostraram que o saldo comercial foi de US$ 42,310 bilhões FOTO: IVAN BUENO / APPA

Exportação de café em alta

As exportações de café, sementes e frutos oleaginosos (predominância da soja) e açúcares registraram expansão de 24,5%, 14,2% e 10,9%, respectivamente, em junho deste ano, na comparação ao mesmo mês do ano passado, enquanto apresentaram queda as exportações de minérios (-1%) e de ferro fundido, ferro e aço (-43,5%).

O mestre em administração e gestor da unidade Floresta da Estácio, Alisson Batista, observa que o principal destino das exportações de Minas Gerais em junho de 2024 foi a China, com participação de 44,8% no valor total. Os Estados Unidos ocuparam a segunda posição, com 8,3%. Os dois países também foram as principais origens das importações, com participação de 24,4% e 13,2%, respectivamente.

Para Batista, as perspectivas para o desempenho da balança comercial mineira devem continuar positivas no segundo semestre deste ano, período normalmente mais intenso na economia. "A demanda internacional pelos produtos do Estado deve se manter", diz.

Em 2023, o resultado foi positivo, com superávit da balança comercial de Minas Gerais de US$ 24,5 bilhões, uma alta de 8,2% em comparação a 2022. O incremento tem relação com uma forte queda de 11,8% nas importações do Estado, visto que as exportações, embora não tenham subido, apresentaram somente um recuo irrisório de 0,5%. **(JG)**

CONJUNTURA

Empresariado de BH está insatisfeito

LEONARDO MORAIS

Apesar da alta expectativa positiva em relação às vendas, os empresários de Belo Horizonte estão insatisfeitos com a economia da Capital. É o que revela o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), elaborado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG), de junho.

De acordo o levantamento, no mês, o Índice de Condições Atuais do Empresário do Comércio (Icaec) atingiu 74,2 pontos, com destaque para o setor de duráveis, onde a confiança está menor.

A percepção pode estar atrelada ao fato de 73,3% dos empresários do comércio de Belo Horizonte avaliarem que a condição da economia atual piorou.

Mas, apesar da queda, os índices em Belo Horizonte permaneceram acima dos 100 pontos, indicando otimismo, com destaque para empresários com mais de 50 funcionários.

Conforme a economista da Fecomércio MG, Gabriela Martins, a dualidade entre altas expectativas em vendas e pessimismo econômico pode ser explicada. Segundo ela, pode parecer contraditório, mas essa questão está ligada ao mercado de trabalho, que está aquecido, com a inflação dentro das metas previstas pelo Banco Central. "No entanto, observamos cenários instáveis", pondera.

A economista acrescenta que a Selic em patamar elevado, a alta do dólar e o impacto de desastres ambientais, como no Rio Grande do Sul, podem estar deixando os empresários em Belo Horizonte mais apreensivos. Outro ponto de atenção citado é o alto nível de endividamento dos consumidores, que pode resultar na redução do consumo, além do saldo de crédito para pessoas jurídicas, que vem apresentando redução nos últimos doze meses.

Para o segundo semestre, as expectativas são otimistas. "A Icec de junho encerra o primeiro semestre e dá início às expectativas para o segundo semestre. O segundo semestre é caracterizado por vendas melhores graças ao efeito sazonal do comércio, seja por datas comemorativas ou aumento de disponibilidade de renda entre famílias e isso é sentido pelo empresário", destaca Gabriela Martins.

Apesar do pessimismo, os empresários em Belo Horizonte consideram a possibilidade de injetar recursos nos negócios. Segundo o Índice de Investimento do Empresário do Comércio (Iiec), 66% dos entrevistados afirmam que pretendem contratar mais pessoas para a equipe.

Além da contratação, o índice também reflete a intenção de investir em estoques e em projetos da empresa.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Justiça de Primeira Instância.Comarca de Belo Horizonte / 3ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG - CEP: 30380-900. **PROCESSO Nº: 5104419-18.2016.8.13.0024. CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7). AUTOR: BANCO BRADESCO CARTOES S.A. RÉU/RÉ: ALESSANDRO MIRANDA MENDES.** COMARCA DE BELO HORIZONTE. 3a VARA CÍVEL - Edital de Citação - Prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Ronaldo Batista de Almeida, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc... Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo n. 5104419-18.2016.8.13.0024, (OAB SP235738), Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL que BANCO BRADESCO CARTOES S.A. - CNPJ: 59.438.325/0001-01 move contra ALESSANDRO MIRANDA MENDES - CPF: 852.723.296-00. É o presente edital para CITAR o requerido, ALESSANDRO MIRANDA MENDES, que se encontra em local incerto e não sabido, nos termos da ação que tem por objeto a condenação do Réu ao pagamento da quantia de R$ 47.405,97 (quarenta e sete mil e quatrocentos e cinco reais e noventa e sete centavos) atualizado até o dia 19/07/2016, aplicação de multa de dois por cento (2%), juros de um por cento (1%) ao mês e correção monetária referentes ao inadimplemento de cartão de crédito/compra, contratos n.º 376472662761003 - 376527357041001. Para que chegue ao conhecimento os termos da ação, expediu o edital que será publicado no Diário Judiciário Eletrônico e em jornal de ampla circulação e afixado em local de costume. Prazo: 15 dias. Ciente dos arts. 344 e 257, I II e IV ambos do CPC, bem como que, em caso de revelia, ser-lhes-á nomeado curador especial (artigo 257, IV do NCPC). Belo Horizonte, 25 de junho de 2024. Eu, Patrícia Lúcia Gonçalves Rodrigues, Gerente de Secretaria da 3a Vara Cível o subscrevi, por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Ronaldo Batista de Almeida.

SPE SAÚDE PRIMÁRIA BH S.A. ("Companhia") CNPJ/MF nº 23.921.007/0001-41 NIRE 3130011365-5
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Hora e Local da Assembleia: Ao 15 dia do mês de abril de 2024, às 9h00, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Maria Abdala Ibrahim, nº 777, Bairro Engenho Nogueira, Belo Horizonte/MG, CEP nº 31.320-270. **Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, Transportes Pesados Minas S.A., neste ato, representada pelo Sr. Sandro de Castro Gonzalez, Diretor e Alfonso de Castro Gonzalez, Diretor e Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial, representada por sua procuradora Simone Torres de Oliveira, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Publicações**: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no Jornal Hoje em Dia, págs. 02 e 03 da edição impressa de 06 e 07 de abril de 2024 e duas páginas da edição digital de 06 de abril de 2024. Dispensada, na forma do artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404/76, a publicação de aviso de disponibilidade dos documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos, o Sr. Sandro de Castro Gonzalez, que convidou o Sr. Alfonso de Castro Gonzalez para secretariá-lo. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre (i) A lavratura da ata na forma sumária; (ii) Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, destinaçao dos resultados e demais documentos relativos ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iv) Fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia; **Deliberações**: Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou reservas, tomaram as deliberações a seguir: (i) Autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei 6.404/76; (ii) Aprovado o Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Aprovada a distribuição para a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$31.575.527,07 (trinta e um milhões quinhentos e setenta cinco mil quinhentos e vinte e sete reais e sete centavos) da seguinte forma: a) a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, correspondente a R$ 1.578.776,35 (um milhão quinhentos e setenta e oito mil setecentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos), para a constituição da reserva legal, na forma do artigo 193 da Lei no 6.404/76; b) a destinação de R$7.499.187,68 (setemilhões quatrocentos e noventa e novemil cento e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos), para a constituição da reserva especial de dividendos; c) a destinação do montante de R$22.497.563,04 (vinte e dois milhões quatrocentos e noventa e sete mil quinhentos e sessenta e três reais e quatro centavos) para a constituição da reserva de lucro a realizar, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1o do artigo 197 da Lei no 6.404/76; e (iv) aprovaram o montante de até R$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) como limite global para remuneração dos Administradores da Companhia durante o exercício de 2024; (**Quórum da Deliberação**: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reservas ou restrições; **Conselho Fiscal**: Não há um Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes, conforme livro de atas de assembleia geral: Transportes Pesados Minas S.A., representada por Sandro de Castro Gonzalez, Diretor e Alfonso de Castro Gonzalez, Diretor e Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial, representada por Simone Torres de Oliveira. Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio que se encontra na sociedade. Belo Horizonte/MG 15 de abril de 2024. **Sandro de Castro Gonzalez** - Presidente da Assembleia. **Alfonso de Castro Gonzalez** - Secretário da Assembleia. **Transporte Pesados Minas S.A**. **Novonor Properties Parcerias S.A**. - Em Recuperação Judicial. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o no 11796940 em 26/06/2024 da Empresa SPE SAUDE PRIMARIA BH S.A., Nire 31300113655 e protocolo 243580525 - 24/06/2024. Efeitos do registro: 26/06/2024. Autenticação: 820F2F4762A68315B62B07A1883524154343AC8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe no do protocolo 24/358.052-5 e o código de segurança SkLG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/06/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

ipsemg
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.081/2024. Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 01 (um) equipamento Vitreófago para realização de cirurgias oftalmológicas, mediante contrato anual, pelo período de 12 (doze) meses. Data da sessão pública: 19/07/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br**. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou **www.ipsemg.mg.gov.br**. Belo Horizonte, 05 de julho de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E NOTIFICAÇÃO DAS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS Nº 007/2024. NORMAS E CONDIÇÕES GERAIS DE LEILÃO: Cláudio Luiz Reis Araújo, Leiloeiro Público Oficial matriculado na JUCEMG sob o nº 658, com escritório e auditório situado à Rua Aymoré, nº 2001 11º andar, salas 1104 e 1105 Bairro de Lourdes, Belo Horizonte - MG, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária, **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA – SICOOB CREDIVAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.798.596/0001-48, com sede na cidade de Varginha – MG, na Rua Silvio Cougo, nº 680, Vila Paiva, Varginha/MG, e como **FIDUCIANTE, JEPACA JOAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ. Sob o Nº 30.918.070/0001-94**, domiciliados à Rua São Miguel, nº 48, Bairro Vila Nossa Senhora dos Anjos, Varginha MG, CEP 37.006-060, faz saber na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei 21.981/32 que levará a leilão público nº 007/2024 na modalidade On-Line, através do site www.crleiloes.com.br, o imóvel a seguir caracterizados, nas seguintes condições: **Lote 001 – VARHGINHA/MG: UM LOTE SEM BENFEITORIAS, SITUADO À RUA AURÉLIA RUBIÃO (ANTIGA RUA 04) LOTE 19, QUADRA N, BAIRRO MINAS GERAIS, EM VARGINHA/MG, CONFORME CONFRONTAÇÕES E LIMITAÇÕES DISCRIMINADAS NA MATRÍCULA, Nº 76.289, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VARGINHA MG, COM ÁREA TOTAL DE 275,00 m² (DUZENTOS E SETENTA E CINCO METROS QUADRADOS). Imóvel ocupado. Valor venda 1º leilão ON-LINE 09/07/2024 a partir das 14:00h, valor de avaliação R$88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS), e em segundo leilão, se houver, valor de venda 2º leilão ON-LINE 09/07/2024 a partir das 15:00h, valor de R$130.697,63 (CENTO E TRINTA MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS), os valores estão atualizados até a presente data, podendo sofrer alterações na ocasião do Leilão. Desocupação e demais despesas inerentes, serão por conta do Adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. "A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado que se encontram. Todas as regularizações para transferência de documentação pós-venda existentes, serão de responsabilidade exclusiva do comprador." PAGAMENTO:** A venda será realizada à vista, p arrematante vencedor deverá recolher o valor integral da arrematação em até 24 horas após o envio de dados bancários, tanto do valor da arrematação, como de 5% da comissão do leiloeiro mais despesa administrativa, mediante depósito em dinheiro ou TED nas contas indicadas pelo Leiloeiro. Após os pagamentos se faz necessário o envio dos comprovantes de pagamento, bem como cópias de documentos pessoais e comprovante de endereço para os e-mails: leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br através do número **31-99615-7499**. com a identificação do lote arrematado. Caso não seja apresentado os comprovantes e a documentação dentro do prazo previsto, será considerado desistência e a venda será cancelada com previsão de multa em favor do Banco, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá, ao arrematante a comissão do leiloeiro, no valor de **5%** da arrematação mais despesa Administrativa no valor de R$1.200,00 (Hum mil e duzentos reais), **5%** (cinco por cento) do valor da avaliação em caso de adjudicação (arcada pelo adjudicante), e **5%** (cinco por cento) do valor da avaliação) em caso de remição ou acordo (arcada pela(s) parte(s) executadas(s) a serem pagas à vista por depósito em dinheiro, PIX ou TED, na modalidade **on-line** no prazo de até 24 horas após o envio de dados bancários pelo Leiloeiro, sendo que o valor da comissão não compõe o valor do lance ofertado. Em caso do não cumprimento das obrigações assumidas no prazo estabelecido, estará o arrematante, sujeito á sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. O direito de preferência do devedor fiduciante, previsto no §2º-b do artigo 27 da Lei 9514/97, deverá ser exercido até a data de realização do 2º leilão através de proposta oficial, assinada e reconhecida em cartório e enviada através dos e-mails; leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br.. **DO LEILÃO ON LINE:** Os interessados em participar do leilão on line deverão se cadastrar através do www.crleiloes.com.br e se habilitar com a antecedência de até uma hora antes do início do leilão. Correrão por conta do arrematante todas as despesas relativas á arrematação. transferência, ITBI, despesas cartoriais do imóvel, inclusive as despesas inerentes á documentação e regularização do imóvel junto aos órgãos competentes (se houver), bem como a desocupação, se necessário, conforme art. 30 da Lei 9.514/97.**Maiores informações pelos telefones: (31)3991-8006 – (31) 99615-7499(WhatsApp), 31-99929-7499 e através do link** – www.crleiloes.com.br.

CLÁUDIO LUIZ REIS ARAÚJO
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL. JUCEMG 658

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE ON-LINE
URUCUIA - MG - CASA
1º Leilão: 22/07/2024, a partir das 12h00. * 2º Leilão: 25/07/2024, a partir das 12h00.

bradesco

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: Urucuia-MG.** Bairro Rutilante. Rua Alipia Golçalves Lisboa, 91 (Lt. 11 da qd. 56), esquina c/ Rua Vicente Vieira. **Casa**. Áreas totais: terr. 336,00m² e constr. 172,20m² (lançada no IPTU 142,41m²). Matr. 7.660 do RI da Comarca de Arinos/MG. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da atual denominação do logradouro, inclusive, da divergência da área construída, apuradas no local com as lançadas no IPTU e averbadas no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 22/07/2024, a partir das 12h00. Lance mínimo: **R$ 3.480.474,55. 2º Leilão**: 25/07/2024, a partir das 12h00. Lance mínimo: **R$ 311.919,65** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.vitrinebradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br.** Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 316.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Clube Mineiro de Caçadores, usando da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 56 do Estatuto Social, CONVOCA os senhores SÓCIOS PROPRIETÁRIOS DO CLUBE MINEIRO DE CAÇADORES, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do art. 56, caput, do Estatuto Social, a ser realizada na sede social do Clube, à R. Gama Neto, 1.120, bairro Barreiro do Amaral, Santa Luzia – MG, no dia 20 de julho de 2024 às 09:00h, em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos sócios, ou às 09:30h (30 minutos depois), em segunda convocação, com qualquer número de presentes, cuja pauta será a RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 13 DE MARÇO DE 2023, que elegeu o Conselho Deliberativo para o biênio 2023/2024.

Santa Luzia, 8 de julho de 2024.
André Von Bentzeen Rodrigues
Presidente do CMC

Regras de reforma desagradam

SISTEMA TRIBUTÁRIO **Entidades consultadas pelo Diário do Comércio apontam a necessidade de ajustes no texto apresentado no Congresso Nacional**

JULIANA SODRÉ

O setor produtivo não está plenamente satisfeito com o relatório final apresentado na última quinta-feira (4) pelo grupo de trabalho criado pela Câmara dos Deputados para tratar da regulamentação da reforma tributária (PLP 68/24). As alterações feitas no texto não agradaram totalmente as entidades ouvidas pelo Diário do Comércio.

A Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) discorda com a forma como a reforma está caminhando e não vê com "bons olhos" as alterações. "Desde o primeiro momento nos colocamos de forma contrária à reforma pela maneira como está sendo feita. Da forma como está sendo aprovada, ela segue com as distorções do nosso sistema. Além de retirar dos estados uma série de prerrogativas. A opinião da Associação Comercial é que a reforma tributária acaba com o pacto federativo brasileiro", declarou o presidente do Conselho de Assuntos Jurídicos da entidade, Túlio Souza.

Ele demonstra insatisfação e alega possível inconstitucionalidade quanto ao grupo formado para tratar do tema. "Não foi criado uma comissão na Câmara, as reformas foram apresentadas por um grupo de trabalho, isso subverte até a Constituição", disparou. Ele alega que os critérios para definir quem é taxado ou quem é isento são subjetivos e "muitas vezes envolve grupos de pressão".

Souza alerta que o setor de serviços será sobrecarregado e poderá impactar de forma bruta a economia. "A gente não pode esquecer que 70% da economia hoje vem do setor de serviços, então, para uma economia que é preponderantemente deste setor, isso pode ter um impacto negativo muito grande", diz.

Comércio e serviços - A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG) considera que a regulamentação da reforma tributária é um passo importante para o desenvolvimento econômico do País. "Mas é essencial que alguns ajustes sejam feitos para garantir uma reforma justa e eficiente a todos os setores, especialmente o setor do comércio de bens, serviços e turismo", afirmou a coordenadora do setor jurídico-tributário da Federação, Danielle Iranir.

Na visão dela, "é imprescindível que haja uma atenção especial às empresas optantes pelo Simples Nacional, assegurando o tratamento favorecido para pequenas empresas, conforme garantido pela Constituição Federal em seu art. 170, inciso IX. A preservação e a proteção das empresas do Simples Nacional são fundamentais para fomentar o empreendedorismo", afirmou.

Regulamentação é passo importante, segundo Danielle Iranir FOTO: ARQUIVO PESSOAL / DANIELLE IRANIR

Maneira como está tramitando a reforma não é positiva, avalia Souza FOTO: FÁBIO ORTOLAN / ACMINAS

Proposta precisa ser aperfeiçoada, avalia a Fiemg

Na avaliação da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a reforma também precisa ser aperfeiçoada em alguns pontos, mas, no geral, a entidade entende que o projeto do Legislativo está melhor do que o original apresentado pelo Executivo, analisou o consultor tributário da entidade, Thiago Feital.

De acordo com Feital, a Fiemg havia pedido duas audiências públicas para tratar da forma de pagamento e outra para tratar do imposto seletivo. "Pedimos que o crédito do tributo só fosse vinculado ao pagamento caso o split payment, que é o mecanismo que o governo está querendo implantar, estivesse realmente funcionando. Isso porque precisamos garantir que o crédito será vinculado ao saque e imposto na nota fiscal e ficamos felizes em ver que isso foi atendido no relatório", explicou Feital.

Outro ponto positivo na visão da Fiemg foi a exclusão dos caminhões do imposto seletivo. "Como os caminhões integram os fluxos de produção e as cadeias econômicas do setor industrial não poderia haver oneração desses veículos, que tem essa função social. Do contrário, acabaria onerando a cadeia Industrial como um todo", comemorou.

Ainda levantando os pontos positivos na visão do setor industrial, Feital cita a redução do prazo de ressarcimento na hipótese das empresas terem acúmulo de crédito quando elas não conseguirem compensar os créditos com os débitos. "O prazo original era 60 dias e foi corrigido para 30 dias, o que a gente acredita ser um prazo mais razoável e mais próximo do que é praticado em outros países".

O consultor da Fiemg também elenca pontos negativos como a inclusão da substituição tributária para unidades federativas. "Desde 2019 os estados pediam a inclusão de uma substituição tributária na reforma, o assunto havia perdido força, mas acabou sendo retomado em uma oportunidade recente e contemplado de uma forma genérica de responsabilidade que abre margem para que sejam incluídas futuras hipóteses de substituição, o que é muito ruim", avaliou.

Quanto ao imposto seletivo, a Fiemg havia sugerido que não fosse votado agora, para ser discutido posteriormente. "O projeto está mal desenhado, parece que ele foi menos pensado e há pontos que precisam de aperfeiçoamento. Ele tem um aspecto inflacionário. Vai impactar diversos setores industriais, provocando aumento de custos e consequentemente de preços", disse.

Outro ponto negativo é a questão dos refrigerantes. "Ninguém ignora que bebidas açucaradas consumidas em excesso fazem mal para saúde, mas é preciso pensar no aspecto estratégico da cultura da cana, é um dos principais produtos de exportação do Brasil e Minas Gerais é responsável por uma parcela importante disso. Pedimos para excluir do imposto seletivo porque ele desempenha um papel importante no aspecto econômico e de desenvolvimento dos municípios", ponderou. **(JS)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

A **LOJA DO LABORATÓRIO LTDA**, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo número 22.001/2024, a Licença Ambiental Simplificada 0 – número 121/2024, para a atividade de Shopping Center e Centro Logístico de Distribuição, localizada à Rua LIMA DUARTE, 122, letra A, bairro SÃO CRISTOVÃO, Betim/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA - MG

A Leiloeira Sandra de Fátima Santos, JUCEMG 1061, torna público que, a mando da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA - MG, realizará o leilão 001/2024, dos Veículos Inservíveis na forma Online e Presencial na data de 05 de Agosto de 2024 às 13:00horas. Os bens de propriedade da Prefeitura poderão ser examinados pelos interessados no endereço Pátio da Prefeitura, Rua Diamantina, s/n, Bairro Liliane, Carbonita – MG, na data do dia 29/07/24 ao dia 02/08/24 no horário de 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h e no dia 05/08/24 de 07:00h até as 12:00h O leilão será realizado no endereço: Galpão da Feira, situado à Rua Sebastião Lopes Canuto S/N°, Centro , Carbonita – MG e no site www.sandrasantosleiloes.com.br.

Informações, fotos e edital no site www.sandrasantosleiloes.com.br ou pelo fone: (32) 9 8809-4182.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG

• **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2024** - Processo Administrativo nº 018/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024 - Fundamentação Legal: Artigo 79, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. Objeto: Credenciamento de pessoa física (fisioterapeuta) para prestação de serviços no atendimento de crianças com deficiência (PcD), atuando junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O Edital completo se encontra à disposição dos interessados no sítio do Município (https://www.itanhomi.mg.gov.br), também poderá ser solicitado através do e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com. Período de recebimento de documentos para a PRIMEIRA CHAMADA: de 08/07/2024 até o dia 30/07/2024, nos seguintes horários: 07:00 às 11:00 horas e de 12:00 às 16:00 horas. O Município continuará a receber pedidos de credenciamento pelo período de 12 (doze) meses, sendo que os novos credenciados farão parte do cadastro reserva para eventual segunda chamada. Local do recebimento dos documentos: Avenida JK, nº 91 - Centro - Itanhomi/MG - CEP: 35.120-000. Prefeitura Municipal de Itanhomi, 05 de julho de 2024. Laerte Alves Martins de Oliveira - Agente de Contratação.

• **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2024** - Processo Administrativo nº 019/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2024 - Fundamentação Legal: Artigo 79, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. Objeto: Credenciamento de pessoa física (EDUCADOR FÍSICO) para implantação do projeto MAIS ESPORTE, criado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados no sítio do Município (https://www.itanhomi.mg.gov.br), também poderá ser solicitado através do e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com. Período de recebimento de documentos para a PRIMEIRA CHAMADA: de 08/07/2024 até o dia 30/07/2024, nos seguintes horários: 07:00 às 11:00 horas e de 12:00 às 16:00 horas. O Município continuará a receber pedidos de credenciamento pelo período de 12 (doze) meses, sendo que os novos credenciados farão parte do cadastro reserva para eventual segunda chamada. Local do recebimento dos documentos: Avenida JK, nº 91 - Centro - Itanhomi/MG - CEP: 35.120-000. Prefeitura Municipal de Itanhomi, 05 de julho de 2024. Laerte Alves Martins de Oliveira - Agente de Contratação.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E NOTIFICAÇÃO DAS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS Nº CPS 005/2024. NORMAS E CONDIÇÕES GERAIS DE LEILÃO: Cláudio Luiz Reis Araújo, Leiloeiro Público Oficial matriculado na JUCEMG sob o nº 658, com escritório e auditório situado à Rua Aymoré, nº 2001 11º andar, salas 1104 e 1105 Bairro de Lourdes, Belo Horizonte - MG, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária, **COOPERATIVA DE CRÉDITO COPERSUL LTDA – SICOOB COPERSUL**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.966.739/0001-18, com sede na cidade de Três Pontas – MG, na Rua Américo Miari, nº 36, Centro, Três Pontas/MG, e como **FIDUCIANTE, Eduardo Menezes Ltda, CNPJ: 18.781.351/0001-42**, Endereço: Rua Getúlio Vargas, Nº 05 Centro Coqueiral MG – CEP: 37.235-000 e como **GARANTIDOR FIDUCIANTE, Eduardo Menezes CPF: 457.420.146-00** Endereço: Rua Getúlio Vargas, 36 – Centro – Coqueiral/MG – CEP: 37.235-000, faz saber na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei 21.981/32 que levará a leilão público nº CPS 005/2024 na modalidade **On-Line**, através do site www.crleiloes.com.br, o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições: **Lote 001 – COQUEIRAL/MG: GALPÃO COMERCIAL E RESIDENCIAL COM ÁREA CONSTRUIDA DE 1.538,55 M² (UM MIL QUINHENTOS E TRINTA E OITO VIRGULA CINQUENTA E CINCO METROS QUADRADOS), E COM ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 1.387,58 M² (HUM MIL TREZENTOS E OITENTA E OITO VIRGULA CINQUENTA E OITO METROS QUADRADOS), SITUADO À RUA GETÚLIO VARGAS, Nº 05, CENTRO, COQUEIRAL MG CEP: 37.235-000, IMOVEL RESIDENCIAL COM 03 QUARTOS, 02 BANHEIROS COZINHA E SALA, COBERTA POR LAJE E TELHA COLONIAL, IMOVEL COMERCIAL DIVIDIDO EM DUAS PARTES, NO SUBSOLO EM UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 670,00 M², 02 BANHEIROS E ACABAMENTO BÁSICO EM LAJE, TERREO COM APROXIMADAMENTE 954,00 M², COM 04 BANHEIROS, MESANINO, PARTE DAS PAREDES REVESTIDAS EM CERAMICA, PISO DE GRANITO, APROXIMADAMENTE 50 VAGAS DE GARAGEM ENTRE COBERTAS E DESCOBERTAS, CONFORME CONFRONTAÇÕES E LIMITAÇÕES DISCRIMINADAS NA MATRÍCULA, Nº 29.204, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE BOA ESPERANÇA MG, Imóvel ocupado. Valor venda 1º leilão ON-LINE 12/07/2024 a partir das 14:00h, valor de R$3.532.035,95 (TRES MILHÕES, QUINHENTOS E TRINTA E DOIS MIL, TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS), e em SEGUNDO LEILAO, se houver, valor de venda 2º leilão ON-LINE 12/07/2024 a partir das 15:30h, valor de R$1.578.884,22 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS), os valores estão atualizados até a presente data, podendo sofrer alterações na ocasião do Leilão. Desocupação e demais despesas inerentes, serão por conta do Adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** ***"A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado que se encontram. Todas as regularizações para transferência de documentação pós-venda existentes, serão de responsabilidade exclusiva do comprador."*** **PAGAMENTO**: A venda será realizada à vista, o arrematante vencedor deverá recolher o valor integral da arrematação em até 24 horas após o envio de dados bancários, tanto do valor da arrematação, como de 5% da comissão do leiloeiro mais despesa administrativa, mediante depósito em dinheiro ou TED nas contas indicadas pelo Leiloeiro. Após os pagamentos se faz necessário o envio dos comprovantes de pagamento, bem como cópias de documentos pessoais e comprovante de endereço para os e-mails: leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br . com a identificação do lote arrematado. Caso não seja apresentado os comprovantes e a documentação dentro do prazo previsto, será considerado desistência e a venda será cancelada com previsão de multa em favor do SICOOB COPERSUL, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis. **COMISSÃO DO LEILOEIRO**: Caberá, ao arrematante a comissão do leiloeiro, no valor de 5% da arrematação mais despesa Administrativa no valor de R$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), 5**%** (cinco por cento) do valor da avaliação em caso de adjudicação (arcada pelo adjudicante), e **5%** (cinco por cento) do valor da avaliação) em caso de remição ou acordo (arcada pela(s) parte(s) executadas(s) a serem pagas à vista por depósito em dinheiro, PIX ou TED, na modalidade ***on-line*** *no prazo de até 24 horas após o envio de dados bancários pelo Leiloeiro*, sendo que o valor da comissão não compõe o valor do lance ofertado. Em caso do não cumprimento das obrigações assumidas no prazo estabelecido, estará o arrematante, sujeito á sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. O direito de preferência do devedor fiduciante, previsto no §2º-b do artigo 27 da Lei 9514/97, deverá ser exercido até a data de realização do 2º leilão em Proposta registrada em Cartório, através dos e-mails: leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br **DO LEILÃO ON LINE**: Os interessados em participar do leilão *on line* deverão se cadastrar através do www.crleiloes.com.br e se habilitar com a antecedência de até uma hora antes do início do leilão. Correrão por conta do arrematante todas as despesas relativas a arrematação. transferência, ITBI, despesas cartoriais do imóvel, inclusive as despesas inerentes á documentação e regularização do imóvel junto aos órgãos competentes (se houver), bem como a desocupação, se necessário, conforme art. 30 da Lei 9.514/97.**Maiores informações pelos telefones: (31)3991-8006 – (31) 99615-7499(WhatsApp), 31-99929-7499 e através do link – www.crleiloes.com.br.**

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

O **CONDOMÍNIO DOS ADQUIRENTES DO EDIFÍCIO POSITANO**, devidamente registrado na matrícula 45.587 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte (doravante referido como 1º CRIBH), inscrito no CNPJ sob o nº 39.827.512/0001-61, localizado na Rua Tereza Mota Valadares, nº 359, Buritis, Belo Horizonte/MG, CEP 30.575-160, representado por sua Comissão de Representantes; efetuará em **público leilão** a venda, promessa de venda ou de cessão, ou a cessão da quota de terreno e correspondente parte construída e direitos, bem como a sub-rogação do contrato de construção relativos ao imóvel e seus direitos e obrigações abaixo descritos no presente edital. **1 –** A Comissão de Representantes do Condomínio dos Adquirentes do Edifício Positano foi devidamente eleita na Assembleia Geral do Condomínio de 11/12/2023, cuja ata encontra-se registrada perante o cartório do 1º ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte (doravante referido como RTDBH) sob o n.º 01.688.253, estando a mesma investida em todos os poderes conferidos pela legislação, mormente aqueles descritos nos §§ 3º, 4º, 5º e 12º inciso II, do artigo 31-F e §5º do artigo 63, todos da lei federal n.º 4.591/64, bem como investida nos poderes constantes na referida ata da Assembleia de 11/12/2023 e nos poderes conferidos nas demais atas de Assembleias Gerais do Condomínio, abaixo citadas no presente edital. **2 -** O objeto do presente leilão é constituído pelos direitos aquisitivos do imóvel, cuja qualificação, áreas características e especificações estão constantes na **matrícula 165.249** do 1º CRIBH: **Apartamento 701** do Edifício Positano, em construção na Rua Tereza Mota Valadares, 359, bairro Buritis, em Belo Horizonte – Minas Gerais, com direito às vagas de garagem 09 e 10 e sua respectiva fração ideal de 0,04333 do terreno constituído pelo lote 08 do quarteirão 15 do Bairro dos Buritis; bem como todos os direitos e obrigações relativos ao imóvel e à parte construída adicionada. O imóvel encontra-se em construção pelo regime de administração ou a preço de custo a ser suportado pelos condôminos, tendo sido sua antiga incorporadora (Hoje Engenharia Ltda.) destituída do cargo de incorporadora, tudo conforme constante da averbação Av-13 da matrícula 165.249 do 1º CRIBH. O imóvel objeto deste leilão está gravado com os seguintes ônus que obstam e impedem a imediata transferência da propriedade ao arrematante, ficando a transferência desta postergada até o momento em que houver o cancelamento das mesmas, ou o pagamento dos credores das ações judiciais que geraram tais ônus, conforme matrícula expedida em 28/06/2024: **a)** Indisponibilidade averbada na Av-7 da matrícula 165.249 do 1º CRIBH; e **b)** Indisponibilidade averbada na Av-8 da matrícula 165.249 do 1º CRIBH; das quais se dá plena ciência aos pretendentes à arrematação. Ambas as indisponibilidades são oriundas de ações trabalhistas propostas em desfavor de Gustavo Bahia Cerqueira Viana, sócio da Hoje Engenharia Ltda., em nome de quem o imóvel ainda se encontra registrado, mesmo após a destituição que também está averbada na matrícula (na Av-13). **3 –** Todas as unidades autônomas do Edifício Positano e seus respectivos adquirentes estão sujeitos aos direitos e obrigações expressos na lei federal 4.591/64, bem como a todas as decisões tomadas nas Assembleias Gerais do Condomínio; ficando ciente o arrematante de que também estará sub-rogado em todos estes direitos e obrigações, tanto das Assembleias já realizadas, como das futuras Assembleias. Todas as atas das Assembleias Gerais do Condomínio, já realizadas, são públicas e estão registradas perante os Ofícios dos RTDBH, podendo ser previamente consultadas por todos os interessados. Os registros das atas são os seguintes: **1ª)** Assembleia Geral de 30/06/2021: registro n.º 01.627.654 do 1ºRTDBH. **2ª)** Assembleia Geral de 16/08/2021: registro n.º 01.629.432 do 1º RTDBH. **3ª)** Assembleia Geral de 25/11/2021: registro n.º 01.635.662 do 1º RTDBH. **4ª)** Assembleia Geral de 31/03/2022: registro n.º 01.643.213 do 1º RTDBH. **5ª)** Assembleia Geral de 30/03/2023: registro n.º 01.669.240 do 1º RTDBH. **6ª)** Assembleia Geral de 11/08/2023: registro n.º 1.402.501 do 2º RTDBH. **7ª)** Assembleia Geral de 11/12/2023: registro n.º 01.688.253 do 1º RTDBH. **8ª)** Assembleia Geral de 20/06/2024: registro n.º 01.703.298 do 1º RTDBH. **4 –** O local de realização do leilão será na sede da **GP Leilões**, localizada na Avenida Nossa Senhora do Carmo, n.º 1.650, sala 42 do Condomínio Shopping Sul, bairro Carmo, Belo Horizonte – Minas Gerais; por um dos Leiloeiros Públicos Oficiais: **Dr. Emerson Moreira de Oliveira** (matriculado na JUCEMG sob o n.º 386) ou Dr. Francisco David Batista de Souza (matriculado na JUCEMG sob o n.º 1187). O leilão será realizado em **duas praças**, ambas no dia **15 de Julho de 2024,** sendo o horário da primeira praça às **10:00h (dez horas)** e o horário da segunda praça às **11:00h (onze horas)**. **5 –** O valor mínimo para arrematação na **primeira praça** do leilão dos direitos aquisitivos do Apartamento 701 é de **R$892.197,18 (oitocentos e noventa e dois mil cento e noventa e sete reais e dezoito centavos)**, que corresponde à **soma** dos valores abaixo discriminados: **5.1)** o valor total do desembolso efetuado pela condômina inadimplente, adquirente do Apartamento 701, para a quota do terreno e a construção, à Hoje Engenharia Ltda., atualizado pelo INCC-FGV até 30/06/2024: **R$548.236,36** (quinhentos e quarenta e oito mil duzentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos); **5.2)** o valor total do débito atualizado com os encargos de mora, da condômina inadimplente adquirente do Apartamento 701, perante o Condomínio de Construção (aportes/contribuições/taxas de condomínio) para a quota do terreno e para a construção, até a data de **03/07/2024**: **R$312.691,65** (trezentos e doze mil seiscentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos); **5.3)** multa compensatória, em favor do Condomínio, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor definido no item 5.2: **R$31.269,16** (trinta e um mil duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos). **6 –** O valor mínimo para arrematação na **segunda praça** do leilão dos direitos aquisitivos do Apartamento 701 é de **R$312.691,65** (trezentos e doze mil seiscentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos) que corresponde a: **6.1)** o valor total do débito atualizado com os encargos de mora, da condômina inadimplente adquirente do Apartamento 701, perante o Condomínio de Construção (aportes/contribuições/taxas de condomínio) para a quota do terreno e para a construção, até a data de **03/07/2024**: **R$312.691,65** (trezentos e doze mil seiscentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos). **7 –** Sobre o valor efetivo da arrematação, seja em primeira ou em segunda praça, **ainda incidirá a obrigação de pagamento, pelo arrematante**, da comissão do leiloeiro no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor efetivo da arrematação e do reembolso de todas as despesas havidas com o procedimento da notificação e do leilão a serem apresentadas aos interessados no momento da realização de cada uma das praças, como por exemplo: valores despendidos com a publicação de editais, emolumentos para notificação, dentre outros aplicáveis. O arrematante fica ciente de que todas as despesas de futura transferência da propriedade da unidade arrematada, tais quais: emolumentos de registro, ITBI e todas as demais despesas aplicáveis correrão por conta do arrematante. **8 –** Do preço que for apurado no leilão, em qualquer das duas praças, serão deduzidas: as quantias em débito com o Condomínio de Construção atualizadas (itens 5.2 ou 6.1 deste edital), todas as despesas ocorridas (item 7 deste edital), bem como a multa compensatória de 10% (item 5.3 deste edital), quando houver saldo para se deduzir a multa. A soma destes valores verterá em benefício do Condomínio, com exceção da condômina inadimplente (adquirente do imóvel leiloado), à qual será entregue o saldo remanescente, se houver, com as ressalvas legais. **9 -** A forma de pagamento do valor de arrematação será através de **02 (dois) cheques ou PIX ou transferência eletrônica direta (TED)**, sendo: o primeiro em favor do Condomínio, relativo ao valor integral da arrematação somado ao valor de todas as despesas havidas com o procedimento do leilão e o segundo em favor do leiloeiro, relativo à sua comissão. **10 –** O arrematante fica ciente de que o imóvel se encontra em construção e assumirá o passivo do imóvel arrematado perante o Condomínio. Este passivo, apurado na data de **03/07/2024**, totaliza **R$120.551,50 (cento e vinte mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos)**, tratando-se dos aportes/contribuições/taxas de condomínio já aprovados em Assembleias Gerais do Condomínio, cabíveis à unidade 701, a serem pagos de 20/07/2024 a 20/05/2025. O arrematante fica ciente, ainda, que o valor do passivo do imóvel **não é definitivo/fixo, porque o passivo poderá ser alterado em decorrência de novas deliberações a serem tomadas pelos condôminos em futuras Assembleias Gerais do Condomínio**, estando o mesmo submetido e obrigado a cumprir todas estas decisões, nos termos da lei 4.591/64, mormente do §12º do artigo 31-F. Fica o arrematante ciente de que a forma e os valores de pagamento (número de parcelas, valor das parcelas, datas de vencimento, encargos e demais definições de forma de pagamento) do passivo do bem imóvel é determinado pelas deliberações tomadas nas Assembleias Gerais do Condomínio. Os custos com pagamento de todos os tributos e demais obrigações relativas ao empreendimento e ao imóvel ora leiloado, serão de responsabilidade do arrematante na proporção dos direitos aquisitivos do imóvel arrematado, inclusive tributos e passivos vencidos, que eventualmente vierem a ser apurados. O arrematante passará, portanto, a ter todos os direitos e obrigações dos demais condôminos/adquirentes do Edifício Positano, inclusive de votar nas Assembleias Gerais, enquanto adimplente com suas obrigações contratuais ou com aquelas decididas e criadas nas Assembleias Gerais do Condomínio. **11 –** Na realização das praças, os condôminos gozarão de direito de preferência em detrimento de terceiros, em caso de propostas idênticas. O arrematante fica ciente de que, caso haja arrematação, o Condomínio, por decisão unânime na Assembleia Geral que será realizada às 19:00h, em primeira chamada, e às 19:30h, em segunda chamada, do dia 15/07/2024 (dentro do prazo de 24 horas após a realização do leilão final), em condições de igualdade com terceiros, terá preferência na aquisição do bem arrematado, caso em que serão adjudicados ao Condomínio. Em sendo exercida tal faculdade pelo Condomínio, este notificará o arrematante de tal decisão, reembolsando-lhe os valores pagos pelo arrematante; o que deverá ocorrer num prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data de realização do leilão. **12 -** Caso não haja arrematação, nem na primeira e nem na segunda praças, o Condomínio, através de sua Comissão de Representantes, deverá exercer o direito de adjudicação sobre os direitos aquisitivos do imóvel levado a leilão pelo preço mínimo de arrematação designado para a segunda praça, hipótese em que tal imóvel passará a pertencer ao estoque do Condomínio. **13 –** Ficam também notificados da realização deste leilão a condômina inadimplente e seu eventual cônjuge, caso a mesma tenha contraído núpcias, herdeiros ou sucessores para não alegarem desconhecimento ou ignorância.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
Comissão de Representantes do Condomínio dos Adquirentes do Edifício Positano

AGRONEGÓCIO

Setor produtivo: Plano Safra fica aquém do esperado

REPERCUSSÃO Entidades do agro solicitavam cerca de R$ 570 bilhões; taxas de juros mantidas e seguro rural estão entre as principais queixas dos grandes e médios produtores rurais

MICHELLE VALVERDE

Lançado na última semana, o Plano Safra 2024/25 terá um volume de R$ 400,9 bilhões em crédito para os médios e grandes empresários e R$ 76 bilhões para a agricultura familiar. Apesar do volume ser maior que o disponibilizado no ano safra passado, o montante ficou aquém do demandado pelo setor, que solicitou cerca de R$ 570 bilhões, o que geraria um aumento de 31% no volume de recursos.

Além disso, houve questionamento quanto às taxas de juros, que em sua maioria foram mantidas iguais ao plano anterior. O setor queria redução, principalmente, pela queda da Selic. O seguro rural também não veio como o setor esperava.

O diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi, explica que somando os recursos dos planos safras da agricultura familiar e empresarial, na safra 2024/25 os produtos terão cerca de 9% a mais de recursos para investir na produção. O volume, conforme Lucchi, é insuficiente.

"A CNA havia solicitado ao governo - dentro daquilo que nós conseguimos levantar com nossas federações de agricultura - R$ 570 bilhões, ou seja, 31% a mais do plano anterior. Fizemos esse pedido devido ao momento, onde apesar dos custos de produção terem caído, as margens do produtor caíram muito mais. Enquanto o custo caiu, em média, 10%, a margem de algumas atividades chegou a reduzir de 25% a 35%. Então, o produtor está descapitalizado", apontou.

Crédito restrito - Lucchi destacou ainda que há restrição de crédito no mercado, mesmo junto a instituições privadas. "O mercado privado está tendo mais restrição na oferta de crédito, devido à queda no preço das commodities e, principalmente, por muitos problemas climáticos. Então, tudo isso, tem deixado o mercado privado mais restritivo na oferta de crédito. Assim, precisávamos de um plano safra mais robusto, até para que o produtor seguisse produzindo e mantendo o pacote tecnológico para a próxima safra".

O volume de recursos para a equalização dos juros também foi considerado insuficiente: "No ano passado, tivemos R$ 13 bilhões de recurso para equalizar as taxas de juros. Esse ano, foram anunciados R$ 16 bilhões e a CNA solicitou R$ 21 bilhões, que seria o montante adequado".

Seguro rural: menos recursos - Um dos pontos mais relevantes para o representante da CNA é o seguro rural, que também não foi divulgado como esperava o setor. "O ponto mais importante e não que não foi atendido é a questão do seguro rural. Para o seguro rural nós estamos com cerca de R$ 900 milhões, volume que caiu frente ao ano passado que era de próximo a R$ 1 bilhão. Foram anunciados R$ 210 milhões para o Rio Grande do Sul, em função dos problemas que o estado vem passando".

Ainda conforme Lucchi, para atender a demanda do setor, seriam necessários, cerca de R$ 3 bilhões para 2024 e R$ 4 bilhões para 2025 para o seguro rural: "Com o valor anunciado, vamos chegar a pouco mais de R$ 1,1 bilhão. De certa forma, o recurso não vai atender os produtores. O produtor vai seguir exposto como ocorreu nessa última safra, registrando muitos problemas com o clima e tendo que discutir renegociação de dívidas, perdendo, portanto, classificação com os bancos e tendo uma maior restrição na tomada de crédito". %

Governo federal disponibilizou para Plano Safra 2024/25 montante de R$ 400,9 bilhões FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

Recursos vão atrasar para chegar ao campo

Além das demandas não atendidas, o acesso aos recursos demandará mais tempo. Isso devido ao período necessário para os trâmites e ajustes necessários para que os recursos cheguem à ponta final. De acordo com a assessora técnica do Sistema Faemg Senar, Aline Veloso, o ideal era que os recursos ficassem disponíveis já no início de julho.

"Esperávamos o lançamento do Plano Safra ainda em junho, justamente, para sinalizar ao setor e às instituições as linhas de créditos, especialmente, as taxas de juros e, efetivamente, as instituições financeiras conseguissem ofertar para produtor os planos já em 1º de julho, o que esse ano não vai acontecer. Agora, com o anúncio, há uma série de procedimentos antes da liberação dos valores para contratação. Até o momento, não tem estimativa ainda de quando vai acontecer. Pode haver atraso e comprometimento", completou.

Aline Veloso explica ainda que, no momento, produtores precisam dos recursos de custeio para compra de insumos e preparo do plantio, que tende a acontecer a partir de setembro e outubro, com a retomada das chuvas: "A semeadura da safra acontece entre o final de setembro e outubro, quando as chuvas retomam. Mas, antes é necessário uma preparação, a compra dos insumos". **(MV)** %

Juros só caíram para agricultura familiar, diz FPA

Ao contrário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), onde a redução dos juros em algumas linhas chegou a 50%, mesmo com a queda da Selic de 2023 para 2024, parte dos juros das linhas do Plano Safra 2024/25 para a agricultura e pecuária empresarial não reduziu.

Nas linhas voltadas para os médios e grandes empresários, houve manutenção dos juros frente ao ano plano anterior. A decisão, não agradou o setor, que esperava juros menores.

Em nota, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) ressaltou que "a importância do corte de 5% para 2,5% – uma redução que chega a 50% em algumas linhas de crédito, o que deveria seguir para todo o setor agropecuário brasileiro. O agro é um só!".

Diante do Plano Safra 2024/25, a FPA alerta que há aumento de risco de endividamento do setor agropecuário: "O Plano Safra anunciado não traz novidades em recursos, não atendeu ao pedido dos produtores rurais para taxas de juros menores que pudessem ajudar na redução do custo de produção brasileiro e na diminuição do preço dos alimentos. A taxa Selic baixou 3,25%, mas os juros não foram reduzidos de forma equivalente. Um impacto diretamente no risco de inadimplência". **(MV)** %

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) teve redução de juros em algumas linhas FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

Cooperadas são 12,8% do PIB de Minas Gerais

JORNALISMO PROPOSITIVO Mais da metade das mãos de trabalhadores são mulheres e qualidade de gestão é notável, aponta Sistema Ocemg

ADRIANA MULS, Presidente e Diretora Editorial do Diário do Comércio

Em 2023, as cooperativas mobilizaram no Brasil um faturamento estimado em aproximadamente R$ 624 bilhões, segundo dados do Anuário Coop – Dados do Cooperativismo Brasileiro, Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB.

Além de gerar tamanha riqueza, o setor cooperativo colabora com o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em Minas Gerais, ODS 5, Igualdade de Gênero, tem ao mesmo tempo colaborado para o setor crescer enquanto se fortalecer.

As cooperadas têm beneficiado as comunidades em que atuam e já são mais da metade do total, representando 12,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, revelam dados da Ocemg. E a força feminina é mais que a quantidade. Seu valor agrega qualidade. Vocês conhecerão casos de sucesso na reportagem a seguir, que mostrará cooperativas transformadas pela presença de mulheres. São elas que têm aportado inovação, desenvolvimento e gestão criativa em negócios em diversas áreas no interior mineiro.

É gratificante ter o Sistema Ocemg como participante ativo do Movimento Minas 2032 – Pela Transformação Global e parceiro do Diário do Comércio de décadas. Como líder, mulher e gestora, ver reconhecido o papel de comando feminino no cooperativismo, parte realmente preeminente para o desenvolvimento sustentável por meio do desenvolvimento local, inclusão social, desenvolvimento sustentável, educação e fortalecimento do cooperativismo, é emocionante.

Por isso, neste Dia C, meu agradecimento e homenagem especial a essas líderes fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática para todos: as cooperadas mineiras.

Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas reuniu centenas de mulheres no Grande Hotel Termas de Araxá em 2023 FOTO: DIVULGAÇÃO / SISTEMA OCEMG

DIA C

Mulheres são maioria no cooperativismo

ÉLIDA RAMIREZ, Colaboradora

No dia de celebração pelo Dia C, Dia de Cooperar, o maior movimento de voluntariado do segmento, realizado pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), a força feminina do segmento é um dos destaques.

Majoritárias na ocupação de vagas de trabalho no cooperativismo, as mulheres representam 53,8% do emprego no setor que, em Minas Gerais, reúne 3,2 milhões de cooperados e já representa 12,6% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

"O papel das mulheres é preponderante para o desenvolvimento sustentável das cooperativas. Defendemos a participação e a ampliação feminina em todas as áreas, porque isso é estratégico para o crescimento do nosso setor", reforça o presidente do Sistema Ocemg, Ronaldo Scucato.

Ele destaca a criação do Comitê Estadual de Mulheres no Cooperativismo pelo Sistema Ocemg, em 2022, e, no mesmo ano, a retomada do Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas, como dois exemplos da organização da força feminina cooperativista para tratar de equidade de gênero, liderança e inovação no segmento.

Casos de sucesso se espalham pelo interior de Minas Gerais. A Cooperativa de Transportadores Autônomos de Cargas e Passageiros (Coopmetro), em 2009, contava com pouco mais de 100 cooperados e quatro funcionários. Com sede em Pará de Minas, agora é liderada por uma mulher, Tionília Cristina Souza, que implantou uma gestão de impacto. Hoje, são quase cinco mil cooperados e mais de 400 trabalhadores.

"Quanto mais diversa uma organização, mais ela tem capacidade de acolher as demandas de quem ela representa. Eu escuto e proponho soluções aos cooperados para trazer uma gestão mais humana e estratégica", defende Tionília Souza.

Diretora-presidente da Cooperativa dos Profissionais de Educação em Guaxupé (Coopeg), Beatriz Ribeiro do Valle Antonelli ajudou a fundar a Escola Interativa e colabora com sua manutenção: "Precisamos dar voz às mulheres em diversas idades, funções e posições, cada vez mais, para um crescimento consistente do cooperativismo".

Em Raul Soares, a Cooperativa Sicoob União dos Vales criou o comitê Elevare União Delas, de ações de negócios e igualdade de gênero. "Atualmente, temos 39 agências para tratar os temas e esse trabalho de estender a mão às pessoas é muito especial", enfatiza a responsável pela Organização do Quadro Social (OQS) da cooperativa, Amanda Butinholi.

Já na cidade de Poço Fundo, as produtoras de café criaram um produto, o Café Feminino, viabilizado pela Cooperativa de Agricultores Familiares (Coopfam) e pelo Movimento Mulheres Organizadas em Busca de Igualdade (Mobi).

Scucato destaca que esses exemplos mostram a potência feminina mineira no cooperativismo. Conquistas que se fortalecem com as ações do Comitê Estadual de Mulheres Cooperativistas, que promove *workshops* regionais para fomentar a criação dos comitês municipais. Em 2023, foram criados 15 desses comitês por cooperativas mineiras.

A promoção de programas de incentivo para uma maior participação feminina na gestão das cooperativas faz parte das 25 diretrizes estabelecidas durante o 15º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, que vão nortear o planejamento estratégico das entidades que compõem o Sistema Cooperativo Brasileiro nos próximos cinco anos. Um forte sinal de que o talento das mulheres está em alta no modelo cooperativista de negócios, esclarece o presidente do Sistema Ocemg.

E completa: "Conquistar mais espaço e atuar como liderança trazem benefícios intangíveis para as mulheres, que se fortalecem no mercado de trabalho cooperativista. Quem mais tem a ganhar com a presença delas, porém, é o cooperativismo".

> **"Quanto mais diversa uma organização, mais ela tem capacidade de acolher as demandas de quem ela representa"**
> Tionília Souza

NEGÓCIOS

Belvitur assume operações da Desviantes e Instaviagem

TURISMO Aquisições não contaram com aporte financeiro e sim trocas de ações, com 100% do capital social sendo assumido pela empresa sediada em Belo Horizonte

MICHELLE VALVERDE

A Belvitur, empresa com sede em Belo Horizonte e integrante do grupo BeFly, assumiu a operacionalização das agências de turismo Desviantes e Instaviagem, de São Paulo. Com as novas unidades de negócio, o objetivo é aumentar o portfólio de ecoturismo, transações via *e-commerce* e oferecer a criação de viagens exclusivas e personalizadas. A integração das operações é importante também para a diversificação do portfólio e pelo potencial turístico do Brasil, que possui destinos exuberantes.

Conforme o diretor da Belvitur, Eduardo Junqueira, não houve aporte financeiro na aquisição das operações e sim trocas de ações, com 100% do capital social sendo assumido pela Belvitur.

"Assumimos a operação dos dois negócios. Com a Desviante vamos conquistar o público do ecoturismo, de viagens de aventuras e acesso à natureza. Já com a Instaviagem, teremos acesso a um público com tíquete médio maior e viagens extremamente personalizadas".

Turismo de aventura - Ainda conforme Junqueira, ao assumir a operacionalização da Desviantes e toda a base de clientes, a Belvitur pretende aumentar a participação no turismo de aventura. O mercado é considerado importante e tem grande potencial de crescimento.

"Vamos aumentar o nosso portfólio. No ecoturismo nós tínhamos pouca penetração. A Desviantes é um *e-commerce* de viagens de aventura, de experiência de contato com a natureza. A gente não tinha esse nicho de mercado no nosso portfólio, então, entendemos ser um nicho com crescimento exponencial importante. O Brasil tem essa conotação dentro da vertical de turismo, pela exuberância do Brasil".

> **"A integração das operações é importante também para a diversificação do portfólio e pelo potencial turístico do Brasil, que possui destinos exuberantes"**
> Eduardo Junqueira

A Desviantes oferece opções que vão desde passeios de um dia até pacotes para vários dias em uma verdadeira imersão na natureza. Os destinos contemplam opções internacionais, abrangendo a América Latina e tendo como destaque roteiros no Brasil.

"Minas Gerais é um dos destinos, estamos desenvolvendo novos produtos que vão fortalecer os pacotes e aumentar as opções", explicou Junqueira.

Com a Desviantes, a Belvitur vai conquistar público do ecoturismo, de viagens de aventuras e acesso à natureza FOTO: DIVULGAÇÃO / DESVIANTES

Pacotes personalizados - Com o Instaviagem, conhecida por sua abordagem *on-line* e criação de viagens exclusivas e personalizadas, a expectativa da Belvitur é agregar aos serviços uma nova dimensão de customização e conveniência para os clientes. Neste caso, o objetivo é oferecer soluções completas e descomplicar a viagem do começo ao fim. O serviço é voltado, principalmente, para clientes que buscam segurança, comodidade e consultoria especializada.

"O Instaviagem é uma tecnologia que nós não dispomos dentro da Belvitur, então, vem agregar portfólio, negócio, aumento de base de clientes. Os novos negócios vão se somar aos diferenciais competitivos da Belvitur que são, principalmente, as tecnologias, a equipe de atendimento e a confiança da marca".

Junqueira: Minas é um dos destinos, estamos desenvolvendo novos produtos que vão fortalecer os pacotes e aumentar as opções FOTO: DIVULGAÇÃO / BELVITUR

Ao integrar as marcas à Belvitur, a expectativa é movimentar cerca de R$ 40 milhões em vendas ao longo de 2024. As duas marcas vão impactar de 5% a 8% no crescimento orgânico da Belvitur.

Quanto a Belvitur, as estimativas são positivas, a projeção é que as vendas da empresa cresçam cerca de 27,5% em 2024, frente a 2023. "O resultado positivo virá da incorporação de marcas, do aumento da base de clientes, da diversificação do portfólio, do ganho de visibilidade de marca, *naming rights* BeFly Hall e BeFly Minascentro, dois equipamentos importantes no mercado mineiro", explicou.

FINTECH

Efí Bank prevê faturamento de quase R$ 250 milhões

LEONARDO MORAIS

Menos tempo na empresa, maior faturamento: a jornada de trabalho de quatro dias semanais vem atraindo cada vez mais adeptos tanto em Minas Gerais quanto no Brasil. O modelo promete quebrar paradigmas e mostrar que é possível obter bons resultados, trabalhando menos tempo.

Pioneira em oficializar o modelo no Brasil, a *fintech* mineira Efí Bank completa dois anos de jornada reduzida celebrando bons resultados financeiros e entre colaboradores. A empresa, com sede em Ouro Preto, região Central do Estado, obteve, no ano passado, faturamento de R$ 204 milhões - resultado 17% superior a 2022.

Segundo a Superintendente de Recursos Humanos da Efí, Viviane Feliciano, a medida permitiu com que a *fintech* ampliasse as possibilidades de contratações, atraindo bons profissionais que buscam por maior flexibilidade. "Hoje os profissionais mais requisitados, de diferentes senioridades, priorizam empregos que ofereçam qualidade de vida e flexibilidade. A medida também é uma forma de investir na saúde das pessoas", destaca.

O primeiro passo para a implementação da jornada de trabalho reduzida pela *fintech* em Minas Gerais iniciou em meados de 2022, a partir de estudos de indicadores e pesquisas jurídicas. A legislação, segundo a superintendente, apesar de antiga e sem aplicabilidade clara para o benefício, permitiu com que isso acontecesse sem entraves.

"Reduzimos a carga horária sem redução de salário ou benefícios, além de oferecermos remuneração compatível com quem trabalha até 44 horas semanais", pontua. A decisão, segundo ela, partiu do CEO da *fintech*, Evanil Paula, que, inspirado no mercado internacional, enxergou que a jornada reduzida não necessariamente significaria uma redução de trabalho e sim como pode ser realizada de forma mais eficiente e produtiva.

Viviane Feliciano destaca que apesar de um processo desafiador, o resultado vem dando bons resultados e se mostrou eficaz. "Apostamos na otimização de processos, em ferramentas tecnológicas, redução no número de reuniões, redução de demandas internas, além de reuniões mais enxutas e alinhamentos mais objetivos", revela.

Para 2024, a empresa pretende avançar 20% em faturamento, além de estar com mais de 100 vagas em aberto para novos colaboradores. Após os períodos de teste, o acordo de redução na jornada foi renovado com sindicatos trabalhistas, passando a valer de forma definitiva.

***Fintech* mineira de Ouro Preto, Efí Bank completou dois anos de jornada reduzida de trabalho de quatro dias semanais** FOTO: DIVULGAÇÃO / EFÍ BANK

Home Office ou presencial? - Após a pandemia, os colaboradores da *fintech* foram deslocados aos trabalhos presenciais e a possibilidade de trabalhar de forma remota também se transformou em oportunidade. A Efí Bank então passou a contratar pessoas qualquer local do Brasil, expandindo a captação de talentos.

Hoje, Viviane Feliciano destaca que 90% dos colaboradores podem escolher se desejam trabalhar de forma remota, híbrida ou presencial. Os outros 10%, segundo ela, estão na sede da empresa devido às exigências do cargo.

Para monitorar indicadores de satisfação, dos atuais 416 colaboradores, a empresa realiza pesquisas semestrais periódicas. Os resultados são animadores: 100% das pessoas registraram satisfação com a empresa, 98% sentiram impacto na saúde e 96% relataram chegar mais felizes às segundas-feiras.

Belo Horizonte tem muitas iniciativas positivas na busca de ser uma das cidades inteligentes do Brasil, mas o caminho a ser percorrido ainda é longo FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Regularização fundiária viabiliza cidades inteligentes

DESENVOLVIMENTO Evento, realizado na sede da SME, discutiu que um dos grandes desafios que Belo Horizonte tem pela frente é monitorar o território para impedir a ocupação irregular

MARCO AURÉLIO NEVES

Para o desenvolvimento das Cidades Inteligentes (CI), aquelas que utilizam diversos sensores eletrônicos para coletar dados e usá-los para o gerenciamento de recursos e ativos com eficiência, é essencial a regularização fundiária, afirma Enrico Madia, presidente do Instituto Brasileiro de Regularização Fundiária (IBRF). Em busca de se estabelecer como uma CI, Belo Horizonte tem pela frente o desafio de monitorar o território para impedir a ocupação irregular.

"A irregularidade fundiária é o inimigo número um de todas as cidades que estão buscando a construção de uma cidade mais inteligente", disse Madia, no I Seminário de Governança Pública para Cidades Inteligentes, que aconteceu na sede da Sociedade de Mineira de Engenheiros (SME), em Belo Horizonte.

Ele explica que o fator mais importante para que qualquer projeto de CI tenha êxito, é o gestor público ter total conhecimento do território. O poder público deve conhecer as áreas com problemas ambientais, urbanísticos e jurídicos, na perspectiva do uso do solo. "Para instalar equipamentos públicos e comunitários usando dinheiro público, é preciso saber onde se deve fazer isso, para ser executado de forma eficiente, que realmente atenda à necessidade e às expectativas da população", declara.

I Seminário de Governança Pública para Cidades Inteligentes aconteceu na sede da SME FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MARCO AURÉLIO NEVES

Criada em 2017, a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, para incorporar núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de quem ocupa.

Atualmente, mais da metade dos imóveis urbanos no País - cerca de 30 milhões - apresenta algum tipo de irregularidade. A irregularidade fundiária afeta mais de 100 milhões de pessoas e causa exclusão social, evasão escolar, desvalorização imobiliária, problemas de segurança pública, dificulta o acesso a equipamentos públicos e comunitários e prejudica a arrecadação tributária.

Enrico Madia avalia que a falta de conhecimento, tanto do setor público quanto do privado, sobre a legislação e aplicabilidade da Reurb é, hoje, o principal entrave para regularizar o território nas cidades. "Outro grande desafio é convencer os moradores a desejarem a regularização. Muitos vão receber gratuitamente do poder público quando forem considerados de baixa renda, a Reurb Social, e outros tantos também vão querer, por iniciativa própria, a Reurb Específica, para renda familiar acima de cinco salários", pontua.

A presidente da SME, Virginia Campos, comenta que Belo Horizonte tem muitas iniciativas positivas na busca de ser uma das cidades inteligentes do Brasil, mas que ainda há um longo caminho a ser percorrido, principalmente no poder público. "Temos que inovar, mas com mudança de mentalidade, onde a inovação possa realmente ter novos ares e trazer realmente novidade para a cidade", disse.

> **"A irregularidade fundiária é o inimigo número um de todas as cidades que estão buscando a construção de uma cidade mais inteligente"**
> Enrico Madia

Legislação municipal precisa requalificar vazios urbanos

Belo Horizonte precisa estar atenta para proteger áreas vazias da cidade da ocupação irregular, os chamados "vazios urbanos". A afirmação é do pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bráulio Magalhães.

"Qualquer terreno vazio no município que não esteja protegido por alguma estratégia é passível de ocupação irregular", comenta. Essa proteção passa por uma legislação municipal que recupere e requalifique os vazios urbanos, como ocorreu recentemente no Parque Linear do Belvedere.

Magalhães aponta que monitorar o território para impedir a irregularidade fundiária é o grande desafio da Capital, sendo necessário um programa de monitoramento focado na fiscalização sobre o uso do solo, não apenas no mapeamento para arrecadação tributária.

O pesquisador da UFMG ressalta que este monitoramento e regularização não exclui a inclusão de pessoas em vulnerabilidade social que habitam ocupações irregulares. "No planejamento territorial oficial, você pode criar zonas especiais de interesse social e colocar essas pessoas em áreas que sejam dignas e tecnicamente apropriadas", declara Magalhães. **(MAN)**

Privilégios travam o desenvolvimento do Brasil

LANÇAMENTO Livro de Bruno Carazza, economista e professor da FDC, o primeiro de uma trilogia, fala sobre as benesses do Executivo, do Legislativo e do Judiciário

Concentração de renda na mão das minorias faz com que as possibilidades de crescimento e de prosperidade do País sejam limitadas FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

MICHELLE VALVERDE

A grande desigualdade existente no Brasil - com concentração de renda na mão das minorias - faz com que as possibilidades de crescimento e de prosperidade do País sejam limitadas. Pensando em uma forma de buscar as causas das desigualdades, do baixo crescimento, da baixa competitividade e dos problemas ambientais enfrentados, o economista e professor da Fundação Dom Cabral (FDC) Bruno Carazza pesquisou as benesses do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Assim, Carazza lançou o livro "O País dos Privilégios - Os Novos e Velhos Donos do Poder". O volume é o primeiro de uma trilogia.

O livro foi lançado, dia 2 de julho, e o tema debatido na Imagine Brasil, iniciativa da FDC com o propósito de contribuir diretamente para a prosperidade sustentável e inclusiva do País. A iniciativa da FDC mobiliza e inspira agentes de diferentes segmentos da sociedade para influenciar, desenvolver e implementar políticas públicas e preceitos e práticas empresariais transformadores.

> "Temos um Estado, de forma ampla, que cumpre mal o papel de prover políticas públicas, de executar o orçamento e de arrecadar recursos
>
> Bruno Carazza

Durante o evento, Carazza explicou que por acompanhar de perto o desempenho do País, que fica aquém das potencialidades, ele se sentiu incomodado e foi em busca das causas. "Uma das causas identificadas é que temos um Estado, de forma ampla, que cumpre mal o papel de prover políticas públicas, de executar o orçamento, de arrecadar recursos. Não é uma questão de reduzir o Estado, mas precisamos gastar melhor. Não é somente tributar mais e sim tributar melhor", explicou.

Ainda conforme o autor, uma forma de explicar o baixo desempenho são os privilégios. "As leis, a tributação e as políticas públicas que deveriam ser aplicadas a todos, acabam sendo transformadas, distorcidas para alguns grupos específicos".

Livro "O País dos Privilégios - Os Novos e Velhos Donos do Poder", de Bruno Carazza, foi lançado dia 2 de julho, durante a Imagine Brasil, iniciativa da FDC FOTO: EMPÓRIO DA FOTOGRAFIA

Assim, surgiu a ideia de escrever sobre os privilégios brasileiros. No livro, "O País dos Privilégios - Os Novos e Velhos Donos do Poder", Carazza mostra como é o Estado brasileiro - o que vale para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - que cria leis, a política tributária, que executa o orçamento e cria as regulações e, por muitas vezes, é capturado por grupos específicos que criam ônus para a sociedade como um todo.

Decisões jurídicas e políticas públicas não devem priorizar classes mais ricas

O livro "O País dos Privilégios - Os Novos e Velhos Donos do Poder", é o primeiro de uma trilogia. O autor, economista e professor da Fundação Dom Cabral (FDC), Bruno Carazza explica que a ideia de dividir o projeto em três livros veio porque são muitos os privilégios no Brasil. "Primeiro, temos uma estrutura de Estado, que não é grande em termos de números de servidores. Mas temos um Estado que pesa. Isso porque algumas carreiras e categorias se mobilizam, pressionam e conseguem extrair benefícios, remunerações muitas vezes extrapolando o teto constitucional".

Os benefícios que prejudicam o País e a sociedade, segundo Carazza, também estão presentes no setor privado. Onde grupos, entidades e setores conseguem extrair do Estado tratamentos tributários beneficiados, regulações mais frouxas, crédito subsidiado pelos bancos públicos, reservas de mercado e protecionismo.

"Tudo isso gera benefícios custeados por toda a sociedade. Resultando, então, em mais impostos e produtos menos eficientes".

Carazza destaca ainda a máquina de privilégio para classes mais altas, com as deduções do Imposto de Renda que não são acessíveis para a massa da população, até toda a questão de tributação de lucros e dividendos. São uma série de políticas públicas no Estado e decisões jurídicas voltadas para as classes mais ricas e que favorecem estes extratos da sociedade.

"Assim, a ideia da trilogia é expor, compilar e condensar isso tudo em um documento só. O objetivo é que as pessoas tenham uma visão panorâmica de todas essas distorções e também quero estimular o debate. Não é uma questão só de apontar, mas é preciso fomentar o debate, buscar soluções para a gente corrigir. Só assim teremos um País menos desigual e mais próspero. Meu propósito com o livro é esse", disse. **(MV)**

Publicação pode provocar mudanças no País, diz o economista Armínio Fraga

O sócio-fundador da Gávea Investimentos e membro do conselho consultivo da Fundação Dom Cabral (FDC), Armínio Fraga, ressaltou, durante a Imagine Brasil, iniciativa da FDC com o propósito de contribuir diretamente para a prosperidade sustentável e inclusiva do País, a importância do livro "O País dos Privilégios - Os Novos e Velhos Donos do Poder", de Bruno Carazza, para mostrar a realidade vivida no País e para provocar mudanças.

"Nós temos um problema muito sério no Brasil. A visão panorâmica trazida pelo livro é impressionante. Chama atenção o poder do *lobby*, a sensação de que falta uma linha geral de arquitetura no Estado que impeça a corrida chamada efeito escada, onde cada um vai na frente, consegue a receita e os demais vão atrás para conseguir também".

O economista e ex-presidente do Banco Central do Brasil destacou ainda que há necessidade de se repensar a estrutura de carreiras públicas no Brasil. Além disso, deveria haver um RH, para avaliar o desempenho dos funcionários e tomadas decisões efetivas.

"As avaliações de tudo que o Estado faz deveriam ser uma rotina, mas acontece muito pouco. É óbvio que se a ideia é avaliar ministérios, órgãos, o Estado precisa avaliar os funcionários. O Brasil precisa de um RH do Estado. Assim, entenderá melhor o que está dando certo, o que não, quem está trabalhando certo e quem não está. Acho que isso é muito importante".

Fraga ressaltou que a iniciativa do livro é um chamado, uma convocação e que terá impacto na gestão do Estado.

"É preciso um sistema de avaliação justo e transparente que não permita abusos, perseguições, favoritismo. Além disso, há necessidade de uma estrutura de carreiras, que precisa ser repensada no Brasil, onde as várias carreiras se encaixam. Acho que assim se reduziria muito o mundo de penduricalhos, das malandragens e dos abusos". **(MV)**

Chama atenção o poder do *lobby*, a sensação de que falta uma linha geral de arquitetura no Estado que impeça a corrida chamada efeito escada, afirma Armínio Fraga FOTO: EMPÓRIO DA FOTOGRAFIA

MRV ganha três prêmios por inovação no setor jurídico

PRÁTICAS DE GESTÃO Trabalho da construtora mineira é reconhecido na última edição das Melhores Praticas da InteliJur - Inteligência Jurídica durante congresso em São Paulo

DIONE AS

A construtora MRV, marca do grupo mineiro MRV&CO, sediado em Belo Horizonte, foi reconhecida pelas iniciativas jurídicas focadas em inovação contratual e eficiência. A empresa recebeu três prêmios na 8ª edição das Melhores Práticas da InteliJur – Inteligência Jurídica, durante o Congresso do 8º Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos, em São Paulo.

Outro reconhecimento à construtora se dá a escolha do diretor-jurídico da MRV, Guilherme Freitas, ao título de 'Executivo jurídico mais admirado no setor de serviços' na 17ª edição do anuário 'Análise executivos 2024'.

Os *cases* premiados da MRV foram "Contrato de trabalho em quadrinhos para colaboradores de obra"; "Plataforma service legal"; e "Módulo controle de prepostos".

As iniciativas, segundo a própria MRV, têm o objetivo aprimorar e tornar mais eficientes os processos da área jurídica da companhia não apenas com os escritórios parceiros, mas também com os colaboradores.

Freitas afirma que as premiações são um reconhecimento do comprometimento e da criatividade dos colaboradores. "As premiações são um reconhecimento de um time disposto a sempre dar o seu melhor para a MRV. A companhia hoje conta com o apoio de vários escritórios parceiros na condução de processos judiciais e, para melhorar a comunicação com esses fornecedores", ressalta.

A construtora MRV recebeu prêmio pela criatividade da iniciativa "Contrato de trabalho em quadrinhos para colaboradores de obra" FOTO: DIVULGAÇÃO / MRV

Acessibilidade e inclusão - Especificamente sobre um dos *cases* premiados, cujo trabalho é intitulado "Contrato em quadrinhos", o executivo ressalta que o objetivo da elaboração foi melhorar a acessibilidade e a inclusão dentro dos canteiros de obras dos empreendimentos da MRV.

"Temos um carinho enorme. É um trabalho que facilita a compreensão dos nossos colaboradores sobre direitos e obrigações decorrentes dos contratos de trabalho. Além disso, o contrato mais acessível e transparente visa promover o trabalho sustentável e reforçar nosso posicionamento como marca empregadora", destaca o diretor jurídico da construtora mineira.

BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

Receita recebe quase 10 mil declarações

Brasília - A Receita Federal já recebeu quase 10 mil declarações de empresas que contam com benefícios tributários do governo nos primeiros três dias de vigência da nova regra, a chamada Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi).

O prazo para o envio das informações começou em 1º de julho e termina no dia 20. Só no primeiro dia, foram mais de 2.400 declarações.

A apresentação das informações não altera o benefício, mas permite ao Fisco saber como cada companhia está se apropriando dos incentivos, em que valor e como está registrando os montantes em sua contabilidade para pagar menos impostos. O objetivo é garantir maior controle e transparência.

"Os relatos que temos recebido têm sido de bastante facilidade e rapidez no preenchimento da declaração, que em muitos casos não chegam a cinco minutos", diz o subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Receita, Mário Dehon.

O volume de entregas nos primeiros dias é considerado pelo órgão uma evidência da baixa complexidade do preenchimento. Esse é um elemento importante para combater a pressão de empresas de maior porte pelo adiamento do prazo de envio da declaração.

Grandes beneficiárias dos incentivos já têm se movimentado sob o argumento da elevada complexidade, utilizado como subterfúgio para barrar a declaração.

O Fisco cobra informações de 16 benefícios. A exigência deve contemplar R$ 200 bilhões de R$ 600 bilhões de renúncias que o governo calcula conceder por ano. **(Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli/Folhapress)**

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto só vencem em dia de expediente na rede bancária. Agenda elaborada com base na legislação vigente em 10/06/2024. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 8

ICMS - junho- Contribuinte/atividade econômica: distribuidor de gás canalizado; prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia; gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica; indústria de bebidas; e indústria do fumo. **Notas:**

(1) Recolhimento do saldo remanescente de ICMS, em geral 10%, deverá ser pago até o dia 6 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

(2) Desde 1º/05/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, teve início o regime monofásico de tributação para diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, "b.2".

ICMS - Dapi - junho - Declaração de Apuração e Informação do ICMS (Dapi 1) - Contribuintes sujeitos à entrega: gerador e/ou distribuidor de energia elétrica e de gás canalizado; prestador de serviço de comunicação (telefonia); indústria de combustíveis e lubrificantes, exceto combustíveis de origem vegetal. Nota: Em face da publicação da Portaria SRE nº 177/2020, foram estabelecidos os requisitos para a opção pela apuração do ICMS a partir de informações lançadas na EFD, em substituição à Declaração de Apuração e Informação do ICMS, modelo 1 (Dapi 1). Internet, RICMS-MG/2023, anexo V, parte 1, artigo 141, II, "a" até "c".

ISSQN - junho - contribuinte em geral - Os contribuintes do ISSQN deverão efetuar o recolhimento do imposto até o dia 8 do mês subsequente ao da apuração. Guia de Arrecadação, Decreto nº 17.174/2019, artigo 13, *caput*.

ICMS - junho - Contribuinte/atividade econômica: indústrias de lubrificantes ou de combustíveis, inclusive álcool para fins carburantes, excetuados os demais combustíveis de origem vegetal. **Notas:**

(1) O pagamento do valor remanescente (10% do ICMS devido) deverá ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

(2) Desde 1º/05/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, o diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural, estão sujeitos ao regime de tributação monofásica.

(3) Desde 1º/06/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 15/2023, a gasolina e o etanol anidro combustível passaram a ser tributados no regime monofásico de tributação. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "c.2".

ICMS - junho - Contribuinte/atividade econômica: comércio atacadista em geral quando não especificado no artigo 112, I, "a" do RICMS-MG/2023. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.1".

ICMS - junho - Contribuinte/atividade econômica: comércio varejista, inclusive hipermercados, supermercados e lojas de departamentos. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.2".

ICMS - junho - Contribuinte/atividade econômica: indústrias não especificadas no artigo 112, I, da alínea "b" e "c" do RICMS-MG/2023. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.3".

ICMS - junho - Contribuinte/atividade econômica: prestador de serviço de transporte. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.4".

ICMS - junho - indústrias de bebidas e fumos - fato gerador ocorrido entre os dias 27 e o último dia do mês anterior - Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 27 e o último dia do mês anterior.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XI, "b".

ICMS - junho - prestação de serviço de comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento - Operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 30.000.00,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 300.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 24 ao último dia do mês anterior.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XIII, "c".

ICMS - junho - fabricante de refino de petróleo - Operações próprias do estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae, exceto para os produtos enquadrados no regime de tributação monofásica que dispõe de regra de recolhimento diferenciado. **Nota:** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 24 e o último dia do mês anterior.

FINANÇAS

Saldo da poupança volta a subir

APLICAÇÃO Depósitos superam os saques em R$ 12,8 bilhões em junho, aponta relatório do Banco Central

Com rendimentos creditados de R$ 5,4 bilhões, o saldo total da poupança no País atingiu R$ 1 trilhão em junho FOTO: JOSÉ CRUZ AGÊNCIA BRASIL

Brasília - O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu pela terceira vez no ano, com o registro de mais depósitos do que saques no mês de junho. As entradas superaram as saídas em R$ 12,8 bilhões, de acordo com relatório divulgado na sexta-feira (5) pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R$ 348,1 bilhões, contra saques de R$ 335,3 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R$ 5,4 bilhões. Com isso, o saldo da poupança é R$ 1 trilhão.

Em maio de 2024, houve entrada líquida (mais depósitos que saques) de R$ 8,2 bilhões, assim como em março (R$ 1,3 bilhão). Já em janeiro, fevereiro e abril, os resultados foram negativos, com R$ 20,1 bilhões, R$ 3,8 bilhões e R$ 1,1 bilhão a mais de saques da poupança, respectivamente.

O resultado positivo do mês de junho passado ainda foi maior que o verificado em junho de 2023, quando os brasileiros depositaram R$ 2,6 bilhões a mais do que retiraram da poupança.

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida (mais saques que depósitos) de R$ 87,8 bilhões. O resultado foi menor do que o registrado em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, de R$ 103,2 bilhões, em um cenário de inflação e endividamento altos.

Efeito dos juros - Os saques na poupança se dão porque a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. De março de 2021 a agosto de 2022, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic, com sete reduções seguidas. No mês passado, o colegiado interrompeu o corte de juros em razão da alta recente do dólar e do aumento das incertezas econômicas. Hoje, a taxa básica está em 10,5% ao ano.

Em 2021, a retirada líquida da poupança chegou a R$ 35,49 bilhões. Já em 2020, a caderneta tinha registrado captação líquida - mais depósitos que saques - recorde de R$ 166,31 bilhões. Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia da Covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal. **(ABr)**

> **"O resultado positivo registrado na caderneta de poupança em junho foi maior que o apurado no mesmo mês do ano passado pelo Banco Central, quando os brasileiros depositaram R$ 2,6 bilhões a mais do que retiraram das contas da poupança"**

ATIVOS

Santander vai realizar leilão de imóveis no próximo dia 16

IRIS AGUIAR

O Santander Brasil, em parceria com a Mega Leilões, realizará um leilão de imóveis no dia 16 de julho, com o leiloeiro oficial Fernando Cerello, pelo *site* da Mega Leilões. Serão ofertados mais de 180 imóveis, entre apartamentos, casas, terrenos e imóveis comerciais, localizados em diversos estados.

São 21 imóveis em Minas Gerais, além de outros nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Paraíba, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Os lances iniciais variam de R$ 42 mil a R$ 1,3 milhão. Para a maioria das residências, o pagamento pode ser à vista ou financiado em até 420 parcelas, com possibilidade de utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para imóveis desocupados.

Os lances para este leilão já estão abertos e o último horário para propostas é às 13h do próximo dia 16, quando será finalizado o certame.

Em Minas Gerais, há um total de 21 imóveis disponíveis no leilão. As cidades contempladas são as seguintes: Belo Horizonte, Contagem, Esmeraldas, Juiz de Fora, Uberlândia, Montes Claros, São João da Ponte, Ituiutaba, São João Batista do Glória, Frutal, Formiga, Pouso Alegre, Passa Quatro, Itajubá, Nanuque, Matozinhos e Ibirité.

Os lances iniciais variam desde R$ 71.100 para um apartamento em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, até R$ 433.900 para uma casa em Itajubá, no Sul de Minas. **(* Estagiária sob supervisão da edição)**

FIIs detêm a maioria dos edifícios de alto padrão em São Paulo e Rio de Janeiro

São Paulo - Os Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) negociados na B3 detêm atualmente a maior parte dos edifícios de alto padrão nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, mostrou uma pesquisa conduzida pela consultoria do setor imobiliário Newmark na sexta-feira (5).

Segundo o levantamento, os FIIs captaram mais de R$ 200 bilhões nos últimos cinco anos, período em que a área locável detida por FIIs no segmento de escritórios de alto padrão nessas capitais aumentou mais de 32%, para 1,68 milhão de metros quadrados.

Os FIIs são detentores de 25% dos atuais 6,72 milhões de metros quadrados de área locável do segmento em São Paulo e no Rio de Janeiro, com investidores internacionais em segundo lugar, proprietários de uma fatia de 18% de todo o mercado. Em terceiro estão as incorporadoras, com 13%, cerca de 870 mil metros quadrados, mostrou a pesquisa.

Na análise de Ricardo Penna, líder da área de Transações e Investimentos Imobiliários da Newmark, os períodos de maior crescimento na participação dos FIIs coincidiram com um ambiente de baixa taxa de juros, que tende a trazer os fundos para o radar de investidores.

No entanto, após sete cortes consecutivos na taxa Selic, agora em 10,5% ao ano, o Banco Central optou em sua última reunião de política monetária por interromper seu ciclo de afrouxamento monetário, apontando maiores incertezas nos cenários doméstico e externo.

Segundo Penna, isso não deve tirar a atratividade do mercado. "As aquisições por parte dos FIIs devem seguir acontecendo, talvez a uma velocidade diferente, caso os juros se mantenham em altos patamares", afirmou o executivo à Reuters.

Recentemente, em meio à discussão sobre a regulamentação da reforma tributária no Congresso, houve debate em relação à taxação de fundos imobiliários e de investimentos em cadeias agroindustriais (Fiagros).

Parlamentares, contudo, descartaram essa possibilidade no relatório da reforma, sob o argumento de que a medida poderia desestimular investimentos no país. Segundo eles, o projeto tornará optativa a adesão desses fundos ao novo sistema. **(Reuters)**

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Banco aumenta previsão de valor do dólar no fim de 2024

São Paulo - O Santander divulgou na sexta-feira (5) a atualização de seu cenário macroeconômico, no qual passou a projetar uma taxa de câmbio maior para o fim de 2024 e 2025 e um crescimento menor para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no próximo ano.

Pelos cálculos do banco, o dólar terminará 2024 cotado em R$ 5,30, ante projeção anterior de R$ 5,00. No caso do fim de 2025, a projeção para o dólar passou para R$ 5,40, ante R$ 5,05.

Conforme o Santander, em função do fortalecimento do dólar e da persistência das incertezas internas, a projeção para a taxa básica Selic no fim deste ano foi para 10,50% ao ano, ante expectativa anterior de 10,00%.

Em seu último encontro de política monetária, em junho, o Banco Central já havia interrompido o ciclo de cortes da Selic, mantendo a taxa básica em 10,50%,- justamente a projeção para o fim do ano anunciada na sexta-feira (5) pelo Santander.

O banco espera, no entanto, que o BC retome o processo de cortes da Selic, conduzindo a taxa para 9,00% ao ano ao fim de 2025, projeção que foi mantida pela instituição.

O Santander também elevou de 3,4% para 3,8% a projeção de alta para o IPCA, o índice oficial de inflação, em 2024 e manteve em 3,8% a expectativa para 2025.

"Com relação à atividade, o nível mais alto das taxas de juros - tanto da taxa Selic quanto da precificação mais elevada na curva de juros de mercado - implicou na redução da projeção de crescimento do PIB de 2025 para 1,8% (antes: 2,0%), pois vemos o nível mais restritivo das condições financeiras afetando a atividade à frente", registrou a economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi, na apresentação das projeções. O PIB projetado para 2024 se manteve em 2,0%.

O banco elevou ainda de 76,9% para 77,5% do PIB a projeção para 2024 da dívida bruta do governo geral -- uma das principais medidas de solvência do país, bastante observada por agências de classificação de risco. Para 2025, a projeção de dívida bruta subiu de 80,3% para 81,1% do PIB.

"O cenário fiscal teve poucas alterações, com manutenção da premissa de deterioração gradual nos próximos anos", registrou o Santander. "Seguimos vendo a parte fiscal e falta de confiança na sua consolidação à frente como o principal obstáculo para a materialização de um cenário econômico mais benigno por aqui", alerta a instituição financeira. **(Reuters)**

Ibovespa registra elevação por três semanas consecutivas

MERCADO DE CAPITAIS Indicador da bolsa paulista apresentou alta acumulada de 1,91% nos últimos cinco dias, com o volume financeiro chegando a R$ 19,8 bilhões

São Paulo - O Ibovespa fechou com avanço modesto na sexta-feira (5), seu quinto pregão no azul, em dia positivo para os índices em Nova York, com dados apontando para fraqueza do mercado de trabalho dos Estados Unidos, o que apoiou as expectativas de corte de juros pelo Federal Reserve.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa encerrou o dia com ligeira alta de 0,08%, a 126.267,05 pontos, marcando 126.661,59 pontos na máxima e 125.556,48 pontos na mínima da sessão.

O indicador da bolsa paulista registrou sua terceira alta semanal, subindo 1,91% nos últimos cinco dias, em um momento de melhora do humor doméstico após uma série de quedas semanais. O volume financeiro somou R$ 19,8 bilhões.

A falta de grandes "motivadores" para agitar a bolsa, que já vinha de uma sessão de liquidez reduzida na véspera por feriado do Dia da Independência nos EUA, levou o índice a operar de lado neste pregão, afirmou o analista Sidney Lima, da Ouro Preto Investimentos.

Em Wall Street, os índices acionários fecharam em alta, após dados recentes sinalizarem fraqueza do mercado de trabalho norte-americano e puxarem os rendimentos dos Treasuries para baixo, com o retorno do título de dez anos marcando 4,2784% no fim da tarde de sexta-feira, contra 4,3470% na véspera.

O crescimento do emprego nos EUA desacelerou marginalmente em junho, mostraram dados do Departamento do Trabalho, e a taxa de desemprego subiu para o nível mais alto em mais de dois anos e meio, enquanto os ganhos salariais diminuíram, sustentando as apostas de cortes de juros pelo Fed em setembro.

"A bolsa está em um terreno de indefinição, isso tudo está acontecendo por conta da falta de novidades grandiosas. E se a gente olha para o mercado internacional, a bola da vez era o '*payroll*', e ele, no geral, veio dentro dos conformes", afirmou Lima.

Na visão do gestor e analista da Buena Vista Capital, Renato Nobile, o ganho modesto da bolsa brasileira no dia sinaliza uma tendência de recuperação observada recentemente após a moderação no discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao Banco Central e uma maior atenção sobre os gastos do governo.

"O momento está mais favorável, principalmente com o mercado precificando possíveis duas quedas de juros nos EUA e com os ânimos mais calmos aqui no Brasil", ressaltou. **(Reuters)**

O Ibovespa fechou a sessão de sexta-feira (5) com leve avanço de 0,08% FOTO: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Cotação do dólar tem queda de 0,43% com cenário melhor

São Paulo - Após começar a semana pressionado, chegando a superar a marca de R$ 5,70 na última terça-feira (2), o dólar encerrou a sexta-feira (5) novamente em baixa no Brasil, acompanhando o recuo da moeda norte-americana no exterior, após números considerados fracos do mercado de trabalho dos Estados Unidos, e ainda sob efeito da mudança de discurso do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação ao ajuste fiscal.

O dólar à vista encerrou o dia cotado a R$ 5,4627 na venda, em queda de 0,43%. Com isso, terminou a semana com retração acumulada de 2,29%. Este é o primeiro recuo semanal após seis semanas consecutivas de alta. Em 2024, porém, a divisa ainda acumula elevação de 12,60%.

Desde a última quarta-feira (3) o presidente Lula tem moderado o discurso, deixando de atacar em eventos públicos o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, o atual nível da taxa Selic e o mercado financeiro.

Além disso, Lula voltou a defender o equilíbrio fiscal, enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na quarta-feira a intenção do governo de cortar despesas obrigatórias de R$ 25,9 bilhões no Orçamento para 2025.

Esta moderação no discurso do governo, que fez o dólar despencar na quarta e na quinta-feira, continuou a influenciar os negócios na sexta-feira.

Em evento em Osasco, Lula defendeu gastos na área social, mas voltou a dizer que o País não quebrará porque o governo tem "responsabilidade". Pelo terceiro dia consecutivo, Lula não criticou Campos Neto ou o atual nível da Selic.

No exterior, os dados do relatório de empregos *payroll* mostraram que os EUA abriram 206 mil postos de trabalho fora do setor agrícola em junho, bem acima dos 190 mil esperados pelos economistas conforme pesquisa da Reuters.

No entanto, os números de maio passaram por forte revisão, de 272 mil novos empregos para 218 mil, e a taxa de desemprego subiu de 4,0% para 4,1% em junho.

A revisão para baixo e o aumento da taxa de desemprego sugerem, na visão de analistas, que a economia norte-americana está desacelerando, o que abriria espaço para corte de juros pelo Federal Reserve já em setembro.

Com isso, a curva de juros norte-americana teve mais um dia de queda firme, o que também empurrou as cotações do dólar para baixo no exterior, com reflexos no Brasil. **(Reuters)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		05/07/2024	04/07/2024	03/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4610	R$ 5,4860	R$ 5,5680
	VENDA	R$ 5,4620	R$ 5,4870	R$ 5,5680
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4964	R$ 5,4833	R$ 5,5857
	VENDA	R$ 5,4970	R$ 5,4839	R$ 5,5863
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,4970	R$ 5,5150	R$ 5,5950
	VENDA	R$ 5,6770	R$ 5,6950	R$ 5,7750

Fonte: BC

Ouro

	05/07/2024	04/07/2024	03/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.391,59	US$ 2.357,30	US$ 2.356,38
BM&F-SP (g)	R$ 421,82	R$ 415,71	R$ 424,44

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

04/07 .... US$ 358.562 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	-	0,28%	-0,34%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	-	1,61%	2,65%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	-	0,60%	0,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	-	2,42%	3,34%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	-	2,27%	3,93%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	-	3,78%	6,04%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	-
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7841	0,8013
COLON/COSTA RICA	35	0,3558	0,3593
COLON/EL SALVADOR	40	0,01018	0,01039
COROA DINAMARQUESA	55	0,7978	0,798
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03983	0,03989
COROA NORUEGUESA	65	0,5209	0,5211
COROA SUECA	70	0,5242	0,5244
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4964	1,4966
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7057	3,7072
DOLAR/BAHAMAS	155	5,4964	5,497
DOLAR CANADENSE	165	4,0311	4,0327
DOLAR DA GUIANA	170	0,02612	0,02643
DOLAR CAYMAN	190	6,5825	6,663
DOLAR CINGAPURA	195	4,0729	4,0749
DOLAR HONG KONG	205	0,7036	0,7037
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8052	0,8185
DOLAR DOS EUA	220	5,4964	5,497
FORINT/HUNGRIA	345	0,01516	0,01518
FRANCO SUICO	425	6,1228	6,1262
GUARANI/PARAGUAI	450	0,000729	0,0007295
IENE	470	0,0342	0,0342
LIBRA/EGITO	535	0,1144	0,1147
LIBRA ESTERLINA	540	7,0387	7,0417
LIBRA/LIBANO	560	0,0000613	0,0000614
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004227	0,0004228
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1695	0,1697
NOVO SOL/PERU	660	1,449	1,4502
PESO ARGENTINO	665	0,06582	0,06585
PESO CHILE	715	0,005884	0,005887
PESO/COLOMBIA	720	0,001346	0,001347
PESO/CUBA	725	0,229	0,229
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09275	0,09336
PESO/FILIPINAS	735	0,09387	0,09391
PESO/MEXICO	741	0,3037	0,3039
PESO/URUGUAIO	745	0,1374	0,1376
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7065	0,7084
RANDE/AFRICA SUL	775	0,00261	0,002626
RENMINBI HONG KONG	796	0,7542	0,7543
RIAL/CATAR	800	1,5069	1,5079
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4652	1,4654
RINGGIT/MALASIA	828	1,1667	1,1678
RUBLO/RUSSIA	830	0,06246	0,06247
RUPIA/INDIA	860	0,06584	0,06586
WON COREIA SUL	930	0,003982	0,003985
EURO	978	5,9504	5,9533

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

24/06	0,01364815	3,04628524
25/06	0,01364844	3,04634859
26/06	0,01364888	3,04644749
27/06	0,01364947	3,04657857
28/06	0,01365003	3,04670440
29/06	0,01365044	3,04679591
30/06	0,01365044	3,04679591
01/07	0,01365069	3,04685151
02/07	0,01365110	3,04694231
03/07	0,01365165	3,04706510
04/07	0,01365218	3,04718375
05/07	0,01365271	3,04730130
06/07	0,01365297	3,04736086
07/07	0,01365297	3,04736086
08/07	0,01365297	3,04736086

Fonte: Fenaseg

TBF

30/06 a 30/07	0,7669
01/07 a 31/07	0,8035
01/07 a 31/08	0,8402
02/07 a 02/08	0,8407
03/07 a 03/08	0,8432
04/07 a 04/08	0,8042

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

TR/Poupança

27/05 a 27/06	0,0947	0,5952
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707

Agenda Federal

sage

Dia 10

Comprovante de Juros sobre o Capital Próprio - PJ - Fornecimento, à beneficiária pessoa jurídica, do Comprovante de Pagamento ou Crédito de Juros sobre o Capital Próprio no mês de junho/2024 (art. 2º, II, da Instrução Normativa SRF nº 41/1998). Formulário

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre produtos classificados no código 2402.20.00 (cigarros que contenham tabaco), e as cigarrilhas classificadas no Ex 01 do código 2402.10.00 da TIPI (Cód. DARF 1020). Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Documento de recolhimento - Envio ao sindicato - Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia do documento de recolhimento das contribuições previdenciárias relativa à competência junho/2024 (Lei nº 8.870/1994, art. 3º). Documento de recolhimento (cópia)

Dia 12

EFD-Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de maio/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet
Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a";
Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º;
Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 15

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.07.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de julho/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de junho/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):
- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.
Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 30.06.2024.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

Aulas de língua e da cultura espanhola gratuitas em julho

Neste mês de julho, o Instituto Cervantes de Belo Horizonte oferece uma extensa programação gratuita com aulas demonstrativas e encontros culturais. Nas manhãs de sábado, de 6 a 27 de julho, ele abre as portas para quem quiser conhecer melhor sua metodologia e estrutura e se aproximar da cultura em espanhol. Os encontros vão explorar artistas e obras icônicas da cultura hispânica e até misturam o idioma com a prática de yoga.

"No Cervantes, sempre pensamos em oferecer o espaço necessário para as pessoas nos conhecerem, com programação aberta ao público. É uma oportunidade também de estabelecer uma troca com a comunidade, difundir os conhecimentos que produzimos, além de demonstrar, a quem se interessa, como funcionam nossas aulas e as provas que aplicamos aqui", comenta o diretor do Instituto Cervantes em BH, Eduardo Maura.

Nos primeiros encontros culturais, hoje (6) e 13 de julho, o professor Manuel Román explora duas grandes obras do Museu do Prado. A primeira é "Las Meninas" (1656), que foi alvo de obsessão até de Picasso e uma das maiores criações de Diego Velázquez, principal artista do século de Ouro Espanhol. No próximo encontro, dia 13 de julho, o professor analisa os mistérios de "O Jardim das Delícias", de Hieronymus Bosch. A obra é, na opinião do crítico britânico Alastair Sooke, provavelmente a cena do inferno mais famosa na arte ocidental.

Para os interessados em conhecer na prática a metodologia das aulas do Cervantes, o dia 20 de julho começa com uma aula demonstrativa gratuita. Em seguida, a manhã continua com Beatriz Lima, que apresenta o trabalho imortal de Mercedes Sosa, uma das mais famosas intérpretes do folclore da América Latina no mundo.

No dia 27 de julho, o público poderá conhecer a fundo como funciona o "Dele", teste oficial de proficiência em espanhol, reconhecido internacionalmente. O Instituto Cervantes é o responsável por realizar as provas no Brasil, em nome do Ministério de Educação e Ciência da Espanha.

Instituto Cervantes vai ter intensa programação no mês de julho FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Mais tarde, no mesmo dia, uma forma divertida e "fora da caixa" para aprender espanhol. No encontro com Sabrina Fonseca, a professora vai ensinar espanhol enquanto ensina práticas de yoga. Para todas as idades, corpos e níveis de espanhol, na aula, o público pode flexibilizar o corpo, acalmar a mente e, ao mesmo tempo, aprender o idioma.

O Cervantes - O Instituto Cervantes é uma instituição criada pela Espanha em 1991 para promover, ensinar espanhol e difundir a cultura hispânica. A sede central se encontra em Madrid e em Alcalá de Henares (Madrid), cidade de nascimento do escritor Miguel de Cervantes. Ao longo de todo o ano, a sede em Belo Horizonte promove atividades gratuitas para os alunos viverem o espanhol, enquanto aprendem, de forma prática e conectada com a cultura espanhola.

O trabalho da instituição está dirigido para representantes do mundo acadêmico, cultural e literário do âmbito espanhol e hispano-americano. Em BH, colabora com museus, galerias, teatros, livrarias, editoriais e outras instituições culturais brasileiras, assim como espanholas e latino-americanas. Também colabora em todos os projetos culturais e do ensino do espanhol dirigidos conjuntamente com o governo de Minas Gerais e com inúmeras prefeituras do Estado.

O Instituto Cervantes fica na rua dos Inconfidentes, 600, na Savassi. Quem quiser mais informações sobre a programação, é só acessar o perfil oficial no Instagram: *@institutocervantesbh*

> **"Instituto Cervantes fica na rua dos Inconfidentes, 600, na Savassi. Toda a programação pode ser conferida no perfil oficial no Instagram: @*institutocervantesbh*"**

Santa Casa celebra 125 anos

A noite do último dia 3 de julho foi marcada pela comemoração dos 125 anos da Santa Casa BH, em um evento realizado no Automóvel Clube, na capital mineira. Além de celebrar, a festa teve como objetivo lançar a campanha especial de aniversário para jornalistas, influenciadores, autoridades, empresários e parceiros. O diretor-executivo do Diário do Comércio, Yvan Muls, e Luiz Carlos Costa, presidente do Conselho Gestor, estiveram presentes à comemoração.

Também participaram os diretores da Santa Casa BH, bem como o provedor, Roberto Otto Augusto de Lima, que fez o discurso de lançamento da campanha intitulada "Sonhos não envelhecem". O conceito destaca que, ao longo dos 125 anos, inúmeras vidas foram salvas e sonhos foram realizados, sendo que o maior deles é o funcionamento contínuo da Santa Casa BH, que se renova diariamente, segundo a direção.

O destaque ficou por conta da exibição do curta-metragem "Sonhos Não Envelhecem". Embalado pela trilha sonora do clássico "Quem sabe isso quer dizer amor", de Lô Borges e Márcio Borges, o filme mostra um sonho que rejuvenesce enquanto assiste a histórias e sonhos de pacientes que foram realizados ao longo dos anos dentro do hospital.

A celebração dos 125 anos marcou também a apresentação do plano diretor da Santa Casa BH que possui 11 projetos inovadores a serem implementados nos próximos 25 anos, entre eles, a inauguração de um Instituto de Transplantes, uma nova Unidade Neonatal e a abertura do curso de Medicina.

Provedor Roberto Otto apresentou planos da Santa Casa FOTO: DIVULGAÇÃO / RODRIGO BRAGA

FOTO: DIVULGAÇÃO / GUSTAVO XAVIER

Modernos Eternos traz ala gourmet

A 9ª edição da Modernos Eternos BH, mostra de arquitetura, arte e design que este ano está sendo realizada no histórico prédio do Instituto de Educação, atrai olhares não só por ser referência no setor, mas também pela ala gourmet, que traz menus idealizados especialmente para o evento. São três ambientes gastronômicos: o restaurante La Vie em Rose, que traz pela primeira vez um cardápio preparado pelo chef Jorge Ferreira, além do bar e café, ambos sob comando do renomado Leonardo Paixão, parceiro de longa data da mostra, que traz este ano um cardápio vegetariano. Para Leo Paixão, a arquitetura, o design e a gastonomia são os três pilares que sustentam a grande experiência da hospitalidade. "A possibilidade de criar em cima disso é uma alegria única e me traz grande realização", diz. Em 2024, a mostra ocupa o icônico prédio rosa do Instituto de Educação de Minas Gerais, com 45 arquitetos assinando 42 ambientes. Os ingressos custam R$ 90 (inteira) e podem ser adquiridos pelo site do evento: modernoseternosbh.com/edicao-2024. O Modernos Eternos BH vai até o dia 14 de julho e é patrocinado pela Gerdau e Cemig por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais, com apoio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

"A Vovó em: Vamos Falar de Sexo"

O Teatro Marília (avenida Alfredo Balena, 586, Santa Efigênia, recebe neste sábado (6), às 20h, o monólogo "A Vovó em: Vamos Falar de Sexo!". O espetáculo, dirigido por Amauri dos Reis, busca dar um tom intimista e bem-humorado para as histórias compartilhadas por uma viúva de 70 anos, interpretada pelo ator Renato Millani. Os ingressos custam R$30,00 (meia) e R$60,00 (inteira) e podem ser comprados no site Sympla ou na bilheteria do teatro duas horas antes da apresentação. A classificação indicativa é de 16 anos.

FOTO: DIVULGAÇÃO / LUIZ FERNANDO

Prêmio Mário de Andrade de Fotografias

Estão abertas até o dia 4 de agosto as inscrições para o Prêmio Mário de Andrade de Fotografias Etnográficas 2024, que tem como temática as culturas populares brasileiras. Serão premiados com valores de R$ 15 mil, R$ 12 mil e R$ 8 mil aos classificados em primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente, em cada uma das duas categorias do edital: fotografia individual e série fotográfica, que deverá ser composta por um conjunto de 5 a 10 imagens. Quem promove é o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), Iphan. As inscrições são por e-mail: *premiofotografia.cnfcp@iphan.gov.br.*

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067